

Casa da Agricultura

ISSN 0100-6541
Ano 18 - N.º 4
out./nov./dez./2015



**Assistência Técnica
e Extensão Rural**



Governador do Estado
Geraldo Alckmin

Secretário de Agricultura e Abastecimento
Arnaldo Jardim

Secretário-Adjunto
Rubens Naman Rizek Junior

Chefe de Gabinete
Omar Cassim Neto

Coordenador/Assistência Técnica Integral
José Carlos Rossetti

Diretor/Departamento de Comunicação e Treinamento
Ypjuacan Caramuru Pinto

Diretor/Departamento de Sementes, Mudanças e Matrizes
Edson Luiz Coutinho

Assistência Técnica e Extensão Rural:

fundamental para o desenvolvimento da agricultura paulista



Rodrigo Di Carlo - Ceca/CATI

Esta edição nos faz observar – por meio de nossa história e ações atuais – a importância dos 48 anos de assistência técnica e extensão rural (Ater) praticadas pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), órgão da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo.

São cerca de 300 mil estabelecimentos rurais paulistas que contam com as orientações e o atendimento dos mais de dois mil servidores que integram o quadro funcional da instituição e que trabalham em prol do desenvolvimento rural dos pequenos e médios agricultores de São Paulo. Para que esse processo de educação constante chegue aos campos, contamos com cerca de mil extensionistas capacitados nas demandas rotineiras e nas específicas da área rural, que atuam, inclusive, graças à parceria entre a CATI e as prefeituras municipais.

Desde o início de suas atividades, na década de 1970, data que se confunde com a criação da CATI, em 1967, a extensão rural se aprimorou para atender, de forma mais personalizada, às necessidades de cada região. De um atendimento dirigido a um número pequeno de agricultores, a CATI passou a ampliar sua rede de atuação. Hoje, estamos presentes em quase todos os municípios paulistas por meio das 594 Casas da Agricultura, das 40 Regionais e dos 21 Núcleos de Produção de Sementes e Mudanças. Contamos com uma rede de profissionais prontos para prestar apoio técnico aos agricultores sobre diversos temas, como a obtenção de crédito agrícola, seguro rural, transferência de tecnologia, planejamento da propriedade, elaboração de projetos de recuperação do solo, reflorestamento, adequação de estradas rurais, entre outros. Múltiplas atividades e treinamentos são realizados pela sua equipe de profissionais: dias de campo, organização de cursos sobre noções de administração rural, processamento artesanal, medicina veterinária preventiva, orientação agrônômica sobre pragas e doenças e várias outras capacitações.

Os projetos que a CATI desenvolve têm como objetivo fortalecer o setor agrícola, com ações conjuntas dos órgãos da Secretaria de Agricultura e Abastecimento e de parceiros do setor privado, focando esforços na recuperação de áreas degradadas e nas principais cadeias produtivas do Estado de São Paulo: aquicultura, bovinocultura de leite, bovinocultura de corte, cafeicultura, fruticultura, heveicultura e olericultura.

São estimuladas pela instituição, ações programadas e integradas as quais visam: incentivar a adoção de práticas conservacionistas, por meio do Projeto Integra SP; estimular a produção agropecuária com sustentabilidade econômica, social e ambiental, envolvendo todos os elos das cadeias produtivas ligadas às pequenas e médias propriedades; ampliar as oportunidades de negócio, por meio do Projeto Microbacias II – Acesso ao Mercado, uma parceria entre o governo do Estado e o Banco Mundial, principalmente em relação aos produtores familiares, com a realização de capacitações na área de comercialização e liberação de recursos para a implementação de empreendimentos como agroindústrias, *packing houses* ou outros com vistas a atender o mercado consumidor, revertendo em melhoria de renda para as famílias rurais.

Além dos diversos projetos da CATI, as Casas da Agricultura investem esforços em ações diretas ou articuladas com outras entidades para garantir o acesso dos produtores rurais às políticas públicas em diversas áreas como crédito rural, seguro subsidiado, geração de renda e adequação ambiental.

Nesta Revista especial sobre a Ater praticada pela CATI, tivemos a honra de contar com as palavras do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, e com as do secretário de Agricultura e Abastecimento, Arnaldo Jardim, sobre a importância da nossa instituição para o desenvolvimento da agricultura paulista.

Boa leitura!

José Carlos Rossetti
Coordenador da CATI



Edição e Publicação - Cecor/CATI

Departamento de Comunicação e Treinamento – DCT

Diretor: Ypujucan Caramuru Pinto

Centro de Comunicação Rural - Cecor

Diretora: Roberta Lage

Editora responsável: Jorn. Roberta Lage (MTB 43.382-SP)

Coeditora: Jorn. Graça D'Auria (MTB 18.760-RJ)

Revisor: Carlos Augusto de Matos Bernardo

Reportagens: Jornalistas Cleusa Pinheiro (MTB 28.487-SP), Graça D'Auria (MTB 18.760-RJ), Juliana Montoya (MTB 31.733-SP), Roberta Lage (MTB 43.382-SP).

Supervisão técnica dos textos: Abelardo Gonçalves Pinto – Engenheiro Agrônomo – Divisão de Extensão Rural (Dextru/CATI)

Fotos: Banco de imagens CATI

Designer gráfico: Lilian Cerveira

Distribuição: Centro de Comunicação Rural – Cecor

Impressão e acabamento: Cássia Simões Santana ME

Os artigos técnicos são de inteira responsabilidade dos autores.

É permitida a reprodução parcial, desde que citada a fonte.

A reprodução total depende de autorização expressa da CATI.



Assista aos vídeos das reportagens na versão virtual da Revista Casa da Agricultura no site www.cati.sp.gov.br

Não deixe de nos escrever, por carta ou e-mail

Nosso endereço: CATI – Centro de Comunicação Rural
Av. Brasil, 2.340 – CEP 13070-178 – C.P. 960 – CEP 13012-970
Campinas, SP – Tel.: (19) 3743-3870
cecor@cati.sp.gov.br
www.cati.sp.gov.br

Sumário

- 4 Entrevista
- 7 CATI – importância estratégica para a administração pública e para as ações focadas no desenvolvimento rural
- 9 Extensão Rural – Panorama atual e desafios
- 11 CATI: Ater a serviço do desenvolvimento sustentável da produção paulista
- 14 CATI: as ações de Assistência Técnica e Extensão Rural para uma Agricultura Sustentável
- 17 Acesso ao mercado - um novo enfoque para a extensão rural paulista
- 19 Extensão Rural para Povos Tradicionais: unindo etnodesenvolvimento e redes sociotécnicas de cooperação
- 21 Extensão Rural – surgem novas ações impostas pela sociedade
- 24 Extensionista: multifaces de um profissional
- 27 Crédito Rural: uma importante ferramenta para o produtor agropecuário
- 29 Extensão Rural, Economia Solidária e Redes Sociotécnicas
- 31 Ater para todos os públicos
- 34 Cadeias Produtivas: fortalecimento da agropecuária paulista rumo ao mercado consumidor
- 38 Projeto Microbacias II: extensão rural para o acesso ao mercado
- 42 Ater para populações tradicionais: um trabalho diferenciado
- 45 Ater: um pouco de história e o trabalho da Secretaria de Agricultura e Abastecimento
- 48 Aconteceu



CATI
COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA
TÉCNICA INTEGRAL



Geraldo Alckmin Governador de São Paulo

Por: Roberta Lage – Jornalista – Centro de Comunicação Rural (Cecor/CATI)
roberta.lage@cati.sp.gov.br

No quinto ano após seu relançamento, a equipe da Revista Casa da Agricultura encerra a última edição do ano com a honra de entrevistar o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin. Nascido em Pindamonhangaba, em 7 de novembro de 1952, é formado em medicina pela Universidade de Taubaté, com especialização em anestesiologia. Sua carreira política teve início em sua cidade natal, onde foi eleito vereador, presidente da Câmara dos Vereadores e prefeito. Em 1982, tornou-se deputado estadual pelo PMDB e, quatro anos mais tarde, elegeu-se deputado federal. Foi vice-líder da bancada na Assembleia Nacional Constituinte e, posteriormente, um dos fundadores do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Na Câmara, foi o relator do Código de Defesa do Consumidor e também o relator do projeto que originou a Lei de Benefícios da Previdência Social. Em 1994, foi eleito vice-governador de Mário Covas. Com a morte de Covas, em 2001, assumiu o governo e se reelegeu em 2002. Foi candidato à Prefeitura de São Paulo em duas ocasiões, em 2000 e em 2008. Concorreu à presidência da República em 2006. Em 2009, foi empossado secretário de Estado de Desenvolvimento. Em 2010, venceu as eleições para governador do Estado no primeiro turno, recebendo mais de 11,5 milhões de votos. Foi reeleito em 2014, com mais de 12,2 milhões de votos.

Alckmin demonstra um carinho muito grande com a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) e com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA), pasta na qual seu pai, o médico veterinário Geraldo José Rodrigues Alckmin, trabalhou por mais de 40 anos. Nesta entrevista, o governador de São Paulo enaltece a extensão rural paulista e os projetos, programas e as ações da CATI.

CATI – diferença no agronegócio paulista e na melhoria de condições de vida dos produtores rurais

RCA - Como o senhor define as ações de assistência técnica e extensão rural (Ater) e avalia o desempenho da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), da Secretaria de Agricultura e Abastecimento?

Geraldo Alckmin – São ambas fundamentais para o avanço da economia e o desenvolvimento social do Estado de São Paulo. A extensão rural dá assistência, principalmente, aos pequenos agricultores e à agricultura familiar, responsáveis, basicamente, por toda a produção de frutas, verduras, leite, flores e outros itens da cesta paulista de produtos. A CATI atende os produtores com a missão de torná-los mais eficientes, garantindo que haja produção em quantidade, com qualidade e maior geração de renda.

RCA - No Brasil, a maioria dos estados trabalha no sistema de emateres. Aqui, para prover esses serviços, foi criada a CATI, que dá sequência ao trabalho realizado desde 1950 pelas Casas da Lavoura, atuais Casas da Agricultura. Como a estrutura paulista se diferencia das demais no País?

Geraldo Alckmin – A partir da década de 1990, a extensão se diferenciou do modelo dos demais estados. Um acordo de empréstimo assinado entre o governo paulista e o Banco Mundial permitiu à CATI executar o inovador Programa Estadual de Microbacias Hidro-

gráficas, entre os anos 2000 e 2008. Ele incentivou os agricultores a adotarem práticas conservacionistas, com produção ecologicamente sustentável, e os beneficiou com capacitação, organização e difusão de alternativas de renda e emprego.

RCA - Como o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas e o Microbacias II – Acesso ao Mercado, que terá execução até 2017, promovem transformações econômicas, sociais e ambientais na vida dos produtores?

Geraldo Alckmin – A CATI é responsável pela atual forma de organização da agricultura no Estado, que conta com associações e cooperativas. E tem a função de levar aos produtores, principalmente os mais isolados, o conhecimento gerado nas universidades e nos institutos de pesquisa mantidos pela Secretaria de Agricultura. Essas informações se transformam em práticas e sistemas aplicados pelos produtores rurais. Destaco e festejo o excelente resultado que teve a sexta Chamada Pública do Projeto Microbacias II em número de inscrições de associações e cooperativas. É um projeto emancipador, que realmente fortalece quem produz.

RCA - Outras ações que colaboram para o desenvolvimento da extensão rural paulista merecem destaque, como o Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo (Lupa), uma base de dados, criada em 2008 pela CATI, que fornece informações sobre mais de 300 mil propriedades rurais. Qual a relevância desse levantamento para a administração pública?

Geraldo Alckmin – Tem grande importância estratégica. A partir do primeiro levantamento, entre 1996 e 1997, passamos a conhecer cada unidade de produção agropecuária do Estado, o que permite planejar em âmbitos municipal, regional e estadual. Sabemos qual o uso e a ocupação das áreas rurais e quantos se dedicam a determinada atividade. Com o desafio de completar o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e implementar o Programa de Regularização Ambiental (PRA), esse trabalho será ainda mais importante. O Lupa é uma ferramenta muito valiosa para implementar as políticas públicas para o campo com eficiência, apuro técnico e bom uso dos recursos públicos.

RCA - Os extensionistas da CATI estão presentes em quase todos os municípios, por meio das 594 Casas da Agricultura e 40 Regionais. Como avalia o

processo educativo promovido pela extensão rural da instituição?

Geraldo Alckmin – Um dos elementos que mais valorizam o trabalho realizado pela CATI é a sua capilaridade, que permite que as informações cheguem a todos os produtores. Destaco a dedicação de seus profissionais e a qualidade do material produzido pela CATI – boletins técnicos, instruções práticas, vídeos, site, a newsletter semanal CATI On-Line, além da revista Casa da Agricultura. Os instrumentos de comunicação são importantes aliados da extensão rural. É um trabalho que deve ser, cada vez mais, intensificado.

"Um dos elementos que mais valorizam o trabalho realizado pela CATI é a sua capilaridade, que permite que as informações cheguem a todos os produtores. Destaco a dedicação de seus profissionais e a qualidade do material produzido pela instituição."

RCA - Qual o novo perfil do produtor rural e do extensionista?

Geraldo Alckmin – Além de conhecer determinada cultura ou animal, o produtor hoje precisa explorar várias áreas: administrativa, econômica, ambiental e mercadológica. O conceito de cadeia produtiva é um imperativo. A agropecuária, hoje em dia, é uma pluriatividade, que inclui a produção agrícola e o turismo rural. Ao mesmo tempo, há uma multifuncionalidade na produção: ela não diz respeito apenas a alimentos e sua qualidade, mas também a geração de energia, preservação do meio ambiente, além de ter uma função social de geração de emprego e renda. Como o



"São Paulo tem, hoje, uma extensão rural preocupada com as questões ambientais e que promove o fortalecimento da agricultura familiar, principalmente com geração de renda. O desafio é incentivar a permanência dos produtores, principalmente os jovens, no campo e promover a modernização, a produção sustentável e a eficiência na agricultura familiar."



Foto: AZimg/Clete Silvério

produtor evoluiu, o perfil do extensionista precisa acompanhar essa evolução, conhecendo todas as novas funções e relações atualmente ligadas à produção agropecuária.

RCA – Como evitar o êxodo rural e aumentar a participação dos jovens no ambiente rural?

Geraldo Alckmin - As atividades tradicionalmente executadas na agropecuária podem não ser tão atrativas aos jovens, o que aponta a necessidade de buscar alternativas. Por exemplo, fazer com que o rendimento anual, que acompanha a safra, seja mensal. Os jovens só permanecerão no campo se tiverem maior participação na gestão das propriedades. O desafio da extensão rural é justamente promover essas condições, que, conseqüentemente, podem garantir maior preparo e sucessão familiar nos negócios na área rural.

RCA – Quais os principais investimentos do governo paulista nos serviços de extensão rural?

Geraldo Alckmin - Desde 1997, os investimentos são realizados com financiamento do Banco Mundial, por meio do Microbacias I, no valor de US\$ 124 milhões, e do Microbacias II, no valor de US\$ 130 milhões. Isso tem permitido à CATI obter recursos para a melhoria de frotas, edifícios e tecnologias. Fizemos, também, concursos públicos para contratação de extensionis-

tas de nível superior - agrônomos, veterinários e zootecnistas.

RCA – Quais os principais avanços e desafios da Ater nos últimos anos?

Geraldo Alckmin - São Paulo tem, hoje, uma extensão rural preocupada com as questões ambientais e que promove o fortalecimento da agricultura familiar, principalmente com geração de renda. O desafio é incentivar a permanência dos produtores no campo, principalmente os jovens, e promover a modernização, a produção sustentável e a eficiência na agricultura familiar. ■



CATI – importância estratégica para a administração pública e para as ações focadas no desenvolvimento rural

Arnaldo Jardim - Secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo

Eu gostaria de tratar da extensão rural como uma disseminação do conhecimento, diminuição de obrigações, uma fonte de mudança social. A extensão rural vem criando, recriando, adaptando e desenvolvendo, ao longo dos séculos, a relação do ser humano com o ambiente, por meio das técnicas de produção de alimentos, de energia e fibras.

Historiadores mostram que, embora sua forma atual tenha se iniciado nos últimos 200 anos como resposta ao início da era científica e industrial, sua evolução tem 4.000 mil anos. Arqueólogos encontraram, na Mesopotâmia, tabuinhas de argila que ensinaram produtores a irrigar as culturas e a livrar de ratos as colheitas. Hieróglifos egípcios também davam conselhos sobre como evitar perdas econômicas nas culturas causadas pelas inundações do rio Nilo. Documentos romanos ensinavam os proprietários de terras a manter e melhorar suas propriedades e suas receitas financeiras. Já naquele tempo, o objetivo governamental era proporcionar segurança alimentar para a população e evitar a perda de valor econômico para os agricultores e de receita para o Estado.

Extensionistas dão vida a um mecanismo especializado de transmissão do conhecimento gerado nas universidades, nos institutos de pesquisa e nas empresas, para ser utilizado pelos produtores rurais e agroindustriais.

Devemos nos orgulhar da Secretaria de Agricultura como uma das maiores redes de pesquisa e extensão rural em agricultura tropical do mundo, com mais de 1.400 técnicos de nível superior. A função precípua dessa organização de Estado é responder às exigências da sociedade por produtos e serviços agropecuários. Por meio de práticas cada vez mais eficientes e sustentáveis, ambiental e socialmente, de utilização racional dos recursos naturais, humanos e financeiros responder às demandas da população.

O serviço de extensão rural da Secretaria deriva de seus departamentos de Produção Vegetal e Produção Animal, instituídos na primeira metade do século XX, os quais, por sua vez, se originaram de um serviço de difusão tecnológica do Instituto Agrônomo, de Campinas, cuja missão era aumentar a produtividade do café, base da economia paulista no final do século XIX.

As ações governamentais de assistência técnica e extensão rural compõem um processo planejado e desempenhado por uma instituição, a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) que, além de fornecer assistência técnica aos pequenos agricultores e à agricultura familiar, responsáveis basicamente por toda a produção de frutas, verduras, leite, flores e outros itens da cesta paulista de produtos, atende às políticas públicas do Estado na área da agricultura e de suas interfaces com o ambiente e a sociedade.

Braço do Estado que aprimora a utilização dos recursos sociais, a CATI planeja e realiza ações de extensão rural que buscam aumentar a produtividade dos sistemas de produção dos produtores rurais e agroindustriais, em resposta à necessidade de recursos, especialmente capital humano, financeiro e social, dos setores industrial e de serviços.



João Luiz - SAA



João Luiz - SAA



Liliani Carneira - Ceacor/CATI



João Luiz - SAA



Desde o café, fonte do capital inicial de nossa industrialização, é o desenvolvimento tecnológico da agricultura, apoiada pela nossa pesquisa e extensão rural, que tornou São Paulo e o Brasil um dos maiores produtores de alimentos do mundo e a força de equilíbrio de nossa balança comercial.

Por meio de projetos planejados e programados, nossa organização de extensão ajuda as pessoas do campo a tomarem decisões que respondem tanto às demandas sociais quanto ao contínuo avanço científico e tecnológico.

A CATI tem a missão de ajudar os produtores a criar sistemas agropastoris ambiental e socialmente mais eficazes e mais eficientes, garantindo que haja produção de bens agropecuários e ambientais em quantidade e qualidade para a sociedade civil; maior geração de renda, inclusive salarial, para as pessoas; além de preservação ambiental. E tem feito isso com dedicação.

Sua função é levar aos produtores rurais, principalmente aos mais isolados, além do conhecimento gerado nas universidades e nos institutos de pesquisa mantidos pela Secretaria de Agricultura, também as políticas públicas do Estado. Essas informações se transformam em práticas adotadas pelos produtores rurais.

A CATI tem importância estratégica para a administração pública conhecer a realidade rural do Estado e assim propor políticas públicas eficazes e eficientes na área. Por exemplo, o Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária (Lupa). O Lupa, desde o primeiro levantamento, entre 1996 e 1997, tem permitido que o Estado conheça suas unidades de produção agropecuária, qual o uso, a ocupação das áreas rurais e quantos se dedicam a determinada atividade e assim por diante. O Lupa é uma ferramenta extremamente valiosa para implementar as políticas públicas direcionadas ao campo com eficiência, apuro técnico e bom uso dos recursos públicos. O desafio atual é apoiar os produtores rurais a completarem o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e implementarem o Programa de Regularização Ambiental (PRA).

O Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas incentivou os agricultores a adotarem práticas con-

servacionistas, ecologicamente sustentáveis. A atual forma de organização dos agricultores no Estado, em associações e cooperativas, repercute fortemente o sucesso desse Programa. Atualmente, por meio de um acordo de empréstimo entre o governo paulista e o Banco Mundial, a CATI executa o inovador Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável - Microbacias II - Acesso ao Mercado, que os beneficia com capacitação, organização e difusão de alternativas de renda e emprego, com foco no mercado.

Em sua ação, uma das grandes forças do trabalho educativo da CATI é sua capilaridade, característica que permite uma interação do Estado com a maior parte dos seus produtores. A dedicação de seus profissionais e a qualidade do seu material institucional são partes importantes desse sistema.

Na atualidade, além de conhecer a parte técnica da cultura, vegetal ou animal, o produtor precisa considerar as áreas do sistema de produção: administrativa, econômica, ambiental e mercadológica. Por essa razão, utilizar uma análise sistêmica, com uma base conceitual forte, é um imperativo. Ter a visão de cadeia produtiva e integrada e também orientar para uma postura de permanente atualização e inovação. A agropecuária é uma pluriatividade que inclui as produções agrícola e animal, o turismo rural e os serviços ambientais. Hoje em dia, a agricultura trata da oferta de alimentos de qualidade, de geração de energia, de preservação do meio ambiente, de produção de água, de geração de emprego e renda.

A sociedade evoluiu, a agricultura também evoluiu e isso demanda que o extensionista também evolua e inove em suas novas funções sociais. Esta é a razão pela qual nossa extensão rural, constituída por homens e mulheres de primeira qualidade, profissionais dedicados e apaixonados pelo que fazem, agora se preocupa não apenas com a produção e a produtividade, mas também com questões ambientais e sociais, como geração de renda, permanência dos produtores e seus jovens no campo, por meio da promoção da modernização da produção sustentável, do aumento da eficiência na agricultura familiar e da busca da saudabilidade dos produtos agropecuários. ■



Extensão Rural

Panorama atual e desafios

Abelardo Gonçalves Pinto – Engenheiro Agrônomo – Divisão de Extensão Rural (Dextru/CATI) – abelardo@cati.sp.gov.br

O serviço de assistência técnica e extensão rural (Ater) compõe uma parte essencial da estratégia de desenvolvimento rural no Brasil, ao lado das políticas de crédito rural, compras governamentais, do seguro agrícola, da reforma agrária e segurança alimentar, entre outras. É conceituado pela legislação federal como sendo um “serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais”.

Para Markus Brose, autor e consultor de desenvolvimento rural, a extensão rural é “um instrumento de fortalecimento da capacidade de autogestão e inovação permanente das comunidades rurais”.

Para a Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Asbraer), o papel da extensão rural é “transformar as políticas públicas em programas, projetos e planos estruturantes, mobilizando os recursos humanos e a infraestrutura disponíveis na rede nacional de Ater. Nesse contexto, o extensionista rural é um agente público de mudanças, um dos elos de equilíbrio entre o rural e o urbano”.

A Extensão Rural tem suas raízes históricas ligadas às crises ocorridas nas economias rurais da Europa e dos Estados Unidos durante o século XIX. No Brasil, a história desse importante serviço público teve início em Minas Gerais, em 1948, e hoje está presente em 27 estados, com um quadro de cerca de 16 mil extensionistas e nove mil profissionais na área administrativa (Asbraer, 2014).

Em São Paulo, atuam cerca de 1.200 extensionistas, em 17 organizações reconhecidas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Somente na Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), órgão da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, são 1.000 extensionistas atuando em 594 municípios, por meio de escritórios locais denominados Casas da Agricultura. Desse contingente, 400 extensionistas são vinculados às prefeituras municipais, que atuam em convênio com a CATI.

A agricultura familiar é o principal público beneficiário dos serviços de extensão rural no Brasil. Esse segmento é constituído por cerca de 4,3 milhões de estabelecimentos (84,4% do total do País), detém 20% das terras e é responsável por 30% da produção nacional. É um segmento bastante complexo, com diferentes níveis de capitalização e uma rica diversidade cultural e social. São Paulo conta com cerca de 260 mil unidades familiares de produção (81% do total estadual). Nesse conjunto encontram-se os agricultores tra-

dicionais, os assentados da reforma agrária, integrantes de remanescentes de quilombos, indígenas aldeados, pescadores artesanais, caçaras, ribeirinhos etc.

Há um consenso de que o segmento mais capitalizado da agricultura e detentor de 80% das terras se organiza independentemente da ação governamental. É o caso dos grandes produtores de *commodities* (produtos com pequeno grau de industrialização e negociados em bolsas de mercadorias), que trabalham com as monoculturas da soja e cana-de-açúcar, bovinocultura de corte etc.

Então, como promover o desenvolvimento rural sustentável da agricultura familiar? Para a agricultura familiar e, por conseguinte, para a extensão rural, os principais desafios são a melhoria da renda familiar e da qualidade de vida no campo. Para tais propósitos são fundamentais as estratégias de organização rural, de dinamização econômica – via diversificação produtiva –, a melhoria da gestão das propriedades, a regularização ambiental e a inserção nos mercados de compras governamentais e de produtos orgânicos.

Essa agenda de desenvolvimento rural requer a formação continuada de agricultores e extensionistas, pois ambos precisam desenvolver novas habilidades e competências.

No âmbito da extensão rural, tal agenda demanda a recomposição dos quadros de extensionistas, incluindo, além da área de ciências agrárias, profissionais das áreas social (assistentes sociais, sociólogos, educadores e nutricionistas), ambiental (engenheiros florestais, ecólogos) e econômica (economistas e administradores). Para atender adequadamente às novas exigências da sociedade em geral e da agricultura familiar especificamente, a extensão rural precisa oferecer um apoio técnico abrangente e multidisciplinar, contemplando os aspectos tecnológicos, econômicos, sociais e ambientais.

Além da busca da multidisciplinaridade, outro ponto importante a ser repensado pelas organizações de extensão rural é a avaliação de suas ações, de forma a deixar mais claro para a sociedade em geral o real valor do seu trabalho. É notória a baixa visibilidade dos serviços de Ater, tanto na sociedade como junto aos poderes executivos e legislativos estaduais e federais.

Em recente seminário de avaliação dos serviços de Ater no Brasil, organizado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), um dos pontos destacados foi a falta de avaliação de resultados, isto é, dos efeitos e impactos das ações de extensionistas. O monitoramento é feito apenas para medir



os esforços realizados e não os impactos gerados na renda familiar, na qualidade de vida, nos indicadores ambientais, no fortalecimento das organizações de produtores, na melhoria da qualidade dos produtos etc.

Mas, em que pese não haver ainda metodologias e sistemas eficientes de avaliação de efeitos e impactos, podemos constatar, nos últimos anos, avanços significativos tanto nas ações da extensão rural como no desenvolvimento da agricultura familiar. Nos anos recentes foi construído um ambiente institucional que propiciou o desenvolvimento da extensão rural e da agricultura familiar. Quais aspectos conformam esse cenário otimista?

Em primeiro lugar, a promulgação das leis que estabeleceram as políticas nacionais de Ater (Pnater) e da agricultura familiar (Lei da Agricultura Familiar), trazendo parâmetros claros para a compreensão dos propósitos da ação extensionista e para o desenho de estratégias de desenvolvimento rural sustentável.

Um segundo aspecto foi a criação das políticas de compras governamentais pelos governos federal e estadual (PAA, PNAE e PPAIS), que abriram novos horizontes para a melhoria da renda e a diversificação produtiva dos agricultores familiares. A melhoria da qualidade da merenda escolar, com frutas e olerícolas frescas e a valorização da produção local, são fatos até há pouco tempo inimagináveis. Novos polos regionais de produção de frutas e olerícolas estão se formando em função dessas políticas.

Outro marco importante foi a normatização ambiental trazida pelo novo Código Florestal. Sua inclusão nos protocolos de Boas Práticas Agropecuárias garante a estabilidade das "regras do jogo" e propiciam maior confiança e eficiência para a comercialização dos produtos agrícolas, condição indispensável para o acesso a mercados cada vez mais exigentes e para a obtenção de selos de certificação que são passaportes para mercados especiais, como os do comércio justo (*fairtrade*), do mercado orgânico e da economia solidária.

Um último aspecto a ser destacado foi a mobilização recente da categoria dos profissionais da extensão rural no sentido da criação de Frentes Parlamentares de Apoio à Extensão Rural, tanto na Câmara Federal como na Assembleia Legislativa de São Paulo. Tais iniciativas já resultaram em maiores aportes orçamentários para a extensão rural e inauguraram novos espaços de debate e valorização da extensão rural e da agricultura.

Em São Paulo, esse novo ambiente institucional – trazido pela conjunção de novas políticas públicas e de valorização da agricultura familiar – gerou várias iniciativas inovadoras da CATI, da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp) e das organizações de Ater prestadoras de serviços nos assentamentos de reforma agrária. Vejamos alguns exemplos.

O Projeto Microbacias II – Acesso ao Mercado, um projeto viabilizado pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento por meio da CATI, em parceria com o Banco Mundial, tem propiciado para associações e cooperativas de agricultores familiares a construção de iniciativas de negócios com subvenções financeiras para a implantação de agroindústrias, logística, transporte, beneficiamento e embalagem de produtos. A

produção é destinada aos mercados de compras governamentais, varejista e atacadista.

Em Ribeirão Preto, o Assentamento Mario Lago, apoiado pelo Instituto BioSistêmico (IBS) e pela CATI (Projeto Microbacias II), desenvolveu e implantou um "Circuito Curto de Produção e Consumo", que leva diretamente aos consumidores urbanos cestas de hortaliças e frutas produzidas em sistemas agroflorestais. A Fundação Itesp atua em Ubatuba junto a uma rede de cooperação (Rede Caiçara) que desenvolveu e implantou sistema semelhante, levando a produção de hortaliças de comunidades tradicionais quilombolas e caiçaras para os consumidores urbanos. Em Avaré, a CATI é parceira de uma rede de estudos em agroecologia e produção orgânica, que desenvolveu um sistema local de produção de hortaliças com certificação participativa e utilização de biofertilizantes. Em Divinolândia, a Associação dos Cafeicultores de Montanha, em parceria com a CATI (Projeto Microbacias II), investiu na construção de uma Unidade de Rebenefício, visando agregar valor ao produto.

Outras redes de cooperação atuam no saneamento básico rural, na organização de agricultores para a implantação de sistemas agroflorestais visando à recuperação de áreas de preservação permanente etc.

Finalizando esse panorama da extensão rural, talvez o maior desafio nesses tempos de crise econômica seja a questão dos orçamentos estaduais necessários para viabilizar com qualidade a continuidade desse importante serviço público. É urgente a necessidade de encontrar formas de incrementar os investimentos atuais nos serviços de Ater, pois a realidade orçamentária é que municípios e estados estão no limite do estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal. Há, portanto, carência de recursos para contratação e qualificação dos extensionistas, para melhorias nas condições de trabalho e para a modernização da infraestrutura. Isso compromete sobremaneira a capacidade operacional das entidades estaduais de Ater.

Nesse sentido, muita esperança traz o início efetivo de atuação da recém criada Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater). Com ela ressurgem a possibilidade de criação de um forte Sistema Nacional de Ater, capaz de universalizar o atendimento aos agricultores familiares e médios agricultores, prover um robusto programa de formação extensionista e proporcionar a efetiva implantação das inovadoras políticas de desenvolvimento rural hoje existentes, tornando factível o alcance dos ambiciosos objetivos da Política Nacional de Ater. ■



CATI: Ater a serviço do desenvolvimento sustentável da produção paulista

Pedro César Avelar – Diretor da CATI Regional Franca – edr.franca@cati.sp.gov.br

Amanda Hernandes Stefani – Engenheira Agrônoma – Casa da Agricultura de Batatais (CATI Regional Franca) – ca.batatais@cati.sp.gov.br



A Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) é uma instituição da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo que prospecta, coordena e executa serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) ao produtor rural, buscando inserir ações de Boas Práticas Agropecuárias no dia a dia do campo. Sua missão é “promover o desenvolvimento rural sustentável, por meio de programas e ações participativas com o envolvimento da comunidade, de entidades parceiras e de todos os segmentos dos negócios agrícolas”. Com base em sua missão, é da integração entre governo e sociedade que estão surgindo as novas soluções para o fortalecimento e a expansão da agropecuária, com incentivo às parcerias e aos convênios, respeitando as características e as necessidades de cada região.

A CATI tem o compromisso com o homem do campo, de fazer chegar até ele as tecnologias modernas, que possibilitam o aumento da produção e produtividade, além de fornecer sementes e mudas com garantia de origem genética a preços acessíveis, por meio de produção própria cooperada.

Além da presença nas Casas da Agricultura, salas de visitas da Secretaria de Agricultura, a instituição possui uma rede de profissionais prontos para prestar apoio técnico, os quais estão sediados nos 40 Escritórios de Desenvolvimento Rural ou CATI Regionais, como são conhecidos.

Por meio do desenvolvimento de projetos de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), os extensionistas acompanham as atividades dos produtores em diversos âmbitos, trabalhando junto do produtor rural, com ações práticas de desenvolvimento do agronegócio, que contribuem para a geração de emprego e renda, segurança alimentar, agregação de valor aos produtos produzidos, competitividade do agronegócio, inclusão social, o desenvolvimento humano e para a preservação ambiental.

O trabalho dos extensionistas

Os serviços e produtos da instituição estão disponíveis aos agricultores e pecuaristas nas Casas da Agricultura, onde engenheiros agrônomos, engenheiros agrícolas, zootecnistas e médicos veterinários, com apoio de profissionais da área administrativa, estão aptos a atender às demandas dos produtores rurais, prestando as mais adequadas orientações.

Muitos produtores rurais, que detêm alto potencial para produção, ainda não possuem adequada eficiência, pois esbarram em diversos entraves técnicos e sociais, que podem ser minimizados com orientação, nivelamento, capacitação e acompanhamento. Assim, a extensão rural no Estado de São Paulo, realizada pelos profissionais da CATI, mostra sua importância na aplicação de tais ações, bem como prospecção da demanda, no acompanhamento e na orientação dos produtores, no fortalecimento da cadeia produtiva en-



Conformidade ao Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social (Dcomp - PPAIS), entre outras.

Além disso, estimulam, orientam e acompanham projetos de acesso às políticas públicas, vinculadas à aquisição de alimentos pelo poder público nas diversas esferas (municipal, estadual e federal). Incentivam a organização de produtores rurais na forma de associações e cooperativas nas diversas cadeias produtivas, fortalecendo, orientando e acompanhando a adequação e funcionamento da organização.

Na área de organização rural, os Conselhos de Desenvolvimento Rural são fóruns permanentes de debate dos interesses municipais e regionais. Os técnicos das Casas de Agricultura, juntamente com representantes dos segmentos do agronegócio, onde estão inseridas, elaboram os Planos Municipais de Desenvolvimento Rural, os quais contêm as diretrizes e prioridades das atividades a serem desenvolvidas no município. As Regionais da CATI também auxiliam a elaboração do Plano Regional de Desenvolvimento Rural.

Com vistas ao desenvolvimento rural sustentável, os extensionistas da CATI também orientam os produtores rurais na área ambiental, auxiliando os agricultores familiares tanto no preenchimento do Cadastro Ambiental Rural (CAR), como na execução de projetos, como o Integra SP, que preconiza a recuperação de áreas degradadas e a conservação do solo; o Programa Nascentes, que visa reflorestar as nascentes de áreas nos entornos de mananciais; os projetos de readequação de trechos críticos de estradas rurais, assunto no qual a instituição desenvolveu *know-how* e metodologias próprias.

Ações e Projetos

A CATI atende à demanda de diversas cadeias produtivas, possuindo projetos institucionais nas principais regiões do Estado, que variam conforme a região, nas áreas de aquicultura, cafeicultura, bovinocultura de leite, bovinocultura de corte, olericultura, fruticultura e heveicultura. Os projetos buscam fortalecer os elos envolvidos; orientar e capacitar os produtores rurais em todas as etapas da produção; melhorar o manejo; incentivar a adoção do protocolo de Boas Práticas Agropecuárias; aumentar a produtividade; melhorar a qualidade; buscar a certificação; orientar nos planejamentos operacional e estratégico, na ges-

volvida e no fomento da atividade com a adoção correta de gestão profissional e de tecnologias. Essas ações, em longo prazo, estabelecem novos patamares de produtividade e custo de produção, o que pode viabilizar o acesso ao mercado e às políticas públicas para agricultores familiares, com aumento de sua competitividade e da sustentabilidade de seu empreendimento, com otimização de seus processos produtivos e melhora em seus rendimentos.

Os profissionais envolvidos prestam informações e orientam o produtor rural na condução de seus negócios agrícolas, oferecendo apoio técnico aos agropecuaristas sobre diversos temas nas demandas diárias e de acordo com a realidade de cada região, como a obtenção de crédito agrícola, seguro rural, geração de renda, transferência de tecnologia, planejamento da propriedade, elaboração de projetos de recuperação de solo, reflorestamento, adequação ambiental, adequação de estradas rurais, prospecção de demanda para elaboração de políticas agrícolas, censo agropecuário para o perfeito entendimento da dinâmica da realidade rural, entre outros.

Os extensionistas também são responsáveis pela elaboração de projetos de financiamento e de subvenção do Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (Feap/Banco do Agronegócio Familiar) do governo estadual; bem como pela verificação, pelo enquadramento e pela emissão de diversas declarações, como a Declaração de Aptidão ao Feap (DAF), Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (DAP - Pronaf), Declaração de Conformidade da Atividade Agropecuária (DCAA), Declaração de

tão da propriedade rural, na comercialização; incentivar a organização rural, objetivando o acesso ao mercado, promovendo o desenvolvimento sustentável da atividade; e proporcionar competitividade, possibilitando a melhoria da qualidade de vida dos produtores rurais e de suas famílias.

Entre os projetos desenvolvidos pela CATI, está o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS) Microbacias II – Acesso ao Mercado, que visa a uma melhor renumeração e valorização dos produtos da agricultura familiar, com o fortalecimento de suas associações e cooperativas, levando ao aumento da qualidade de vida desses produtores. Há incentivos para a agregação de valor aos produtos, favorecendo o acesso ao mercado e assegurando a sustentabilidade ambiental e social da atividade agropecuária.

A CATI realiza, também, múltiplas atividades e treinamentos como Dias de Campo, capacitações na área agropecuária, instalação de Unidades Demonstrativas e Unidades de Adaptação de Tecnologia com enfoque em diversos temas, desde o manejo e os tratos culturais até a gestão e a administração da propriedade, a agregação de valor, as organizações rurais, a medicina veterinária preventiva, o processamento artesanal e as várias outras capacitações.

Além dos serviços prestados, oferece diversos produtos como sementes e mudas a preços acessíveis, com garantia de qualidade genética, fisiológica e sanitária, atingida por meio de intensos trabalhos de desenvolvimento tecnológico e ensaios de campo, que resulta do constante aperfeiçoamento tecnológico dos sistemas de produção e do controle de qualidade em todas as suas etapas. Oferece também diversas publicações técnicas nas mais diversas áreas, contendo informações sobre novas tecnologias agropecuárias.

A instituição realiza o Levantamento Censitário de Unidades de Produção Agropecuária (Lupa) do Estado de São Paulo, coordenando um amplo banco de dados que contém informações sobre a produção agropecuária paulista, base para a elaboração de políticas agrícolas, organização do setor produtivo e obtenção de informações sobre safras, áreas, espécies cultivadas e tecnologias agregadas, além de outras informações de cunho social e econômico nas diferentes regiões paulistas.

Na área de recursos hídricos, visando auxiliar e apoiar os interesses dos produtores rurais, a CATI atua de várias formas: com a participação dos técnicos, de forma descentralizada no Estado, nos Comitês de Bacias Hidrográficas, orientando e apresentando propostas técnicas; como agente técnico do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro), sendo o técnico da CATI que analisa e avalia os projetos enviados

aos Comitês; com a realização de capacitações visando ao uso racional da água e ao uso adequado da irrigação.

Pela sua capilaridade, a CATI realiza o levantamento de safras da cultura do café e dos citros junto aos produtores rurais, por meio de amostragem originada no universo levantado pelo Lupa. Os dados são repassados ao Instituto de Economia Agrícola (IEA) e à Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), órgão federal responsável pela regularidade do abastecimento de alimentos no mercado nacional.

A CATI também tem entre seus serviços a orientação técnica para o planejamento e a locação de práticas conservacionistas. Essa prestação de serviço é muito importante para melhorar a produção e também as questões ambientais, proporcionando a conservação do solo em áreas rurais, a manutenção da qualidade dos solos, as áreas de produção agrícola e das estradas vicinais. Os serviços prestados são locação de linhas (nível e desnível), covas para implantação de cultura e bacias de contenção de águas pluviais em estradas.



Atuação está em consonância com a Política Nacional de Ater

As atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural são definidas pela Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pnater) e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (Pronater) como serviço de educação não formal, de caráter continuado no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários.

Estrutura da CATI

Além das Casas da Agricultura, das Regionais e dos Núcleos de Produção de Sementes e Mudanças, a CATI está estruturada em unidades departamentais, localizadas na sede em Campinas, como o Departamento de Sementes Mudanças e Matrizes (DSMM), o Departamento de Comunicação e Treinamento (DCT), a Divisão de Extensão Rural (Dextru), o Centro de Informações Agropecuárias (Ciagro) e o Centro Administrativo. ■

CATI: as ações de Assistência Técnica e Extensão Rural para uma Agricultura Sustentável

Antonio Lopes Junior – Engenheiro Agrônomo – Divisão de Extensão Rural (Dextru/CATI)

Marcus Vinicius Salomon – Engenheiro Agrônomo – Divisão de Extensão Rural (Dextru/CATI)

Martha Regina Lucizano Garcia – Bióloga – CATI Gabinete do Coordenador (CGC)

projetos@cati.sp.gov.br

Colaboradores:

Engenheiro Agrônomo Fernando Jesus do Carmo – CATI Regional Jales

Médico Veterinário Sidney Ezídio Martins – CATI Regional General Salgado

Engenheira Agrônoma Maria de Fátima Caetano Prado – CATI Regional Marília

Engenheiro Agrônomo Carlos Alberto De Luca – CATI Regional Votuporanga

Engenheiro Agrônomo Gilberto J. B. de Figueiredo – Responsável pela Casa da Agricultura de Caraguatatuba



As ações de Assistência Técnica e Extensão Rural para uma Agricultura Sustentável (Ateras) ou “Projetos CATI”, como são conhecidas, têm por objetivo orientar os trabalhos desenvolvidos pela instituição, com ênfase no fortalecimento do setor produtivo que, atualmente, é o elo mais frágil da cadeia.

Para o atendimento das novas exigências do mercado consumidor, os assistentes agropecuários da instituição estão orientando os produtores na adoção das Boas Práticas Agropecuárias (BPA), práticas sustentáveis que levam em consideração os aspectos sociais, econômicos, ambientais e da atividade produtiva da propriedade rural. As BPA auxiliam na viabilização econômica da pequena propriedade rural, além de ajudar na adequação ambiental, possibilitando uma futura certificação.

Os trabalhos nas cadeias produtivas complementam as ações das políticas públicas do Projeto Integra SP, que visam à recuperação do solo para que esteja apto a receber uma atividade agropecuária, e servem como base para o Projeto Microbacias II – Acesso ao Mercado, que tem como principal objetivo o aumento da renda do produtor rural.

Os “Projetos CATI” orientam os trabalhos nas cadeias produtivas de aquicultura, bovinocultura de corte, bovinocultura de leite, cafeicultura, fruticultura, heveicultura e olericultura. As demais cadeias são atendidas como demanda, de acordo com a realidade de cada município. Essas sete cadeias foram selecionadas por conta de sua grande importância social e econômica, já que respondem por 63% do valor da produção das atividades agropecuárias do Estado de São Paulo, excluindo-se a cana-de-açúcar e a citricultura destinadas para a indústria.

Para priorizar determinada cadeia produtiva, nos âmbitos municipal e regional, as Casas da Agricultura (CAs) e os Escritórios de Desenvolvimento Rural (EDRs), conhecidos como Regionais da CATI, levaram em consideração sua importância no Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (PMDRS); a área e o número de Unidades de Produção Agropecuária (UPAs) – de acordo com o Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo (Lupa); o valor da produção da cultura, de acordo com o Instituto de Economia Agrícola (IEA); e a experiência do técnico da CA. Após análise e escolha da cadeia, os projetos são cadastrados no Sistema de Gestão de Projetos da CATI. O cadastro do projeto permite o planejamento e o gerenciamento das ações, além da melhor alocação dos recursos, visto que também são cadastrados as atividades e o custo previsto para o desenvolvimento das mesmas ao longo do ano, de acordo com a particularidade de cada município.

Entre as atividades de assistência técnica e extensão rural realizadas pelas CAs e pelas Regionais, e que fazem parte dos “Projetos CATI”, destacam-se o atendimento aos agricultores, por meio de visitas técnicas; a promoção de atividades de capacitação para os assistentes agropecuários e agricultores; o treinamento em novas tecnologias de produção e manejo de culturas e rebanhos; a introdução de novas técnicas de produção; e o trabalho com organizações rurais e conselhos municipais.

Aquicultura – A aquicultura no Estado de São Paulo, principalmente a produção de peixes no sistema de tanques-rede, vem crescendo nos últimos anos, numa escala em torno de 20% ao ano, seguindo as tendências

mundial e brasileira, que têm nessa modalidade de produção de energia animal uma alternativa para suprir a grande demanda por alimento saudável, de boa qualidade e cujo processo produtivo contribui para preservar os recursos naturais.

Atuar na capacitação de aquicultores e trabalhadores, organizar produtores em grupos, buscar nichos de mercado, prestar assistência e orientação técnica visando à adoção de Boas Práticas de produção, as quais traduzam em aumento da produtividade, em boas condições de trabalho, qualidade de vida e preservação dos recursos naturais, são os objetivos da atuação dos extensionistas envolvidos no Projeto CATI Aquicultura.

Em 2015, o Projeto teve a adesão de 50 municípios distribuídos em esferas de atuação de 18 Regionais da CATI. Atuando em conjunto com universidades, institutos, órgãos de pesquisa, prefeituras, sindicatos e outros parceiros realizou seminários, capacitações de técnicos e produtores, feiras e visitas técnicas. Implantou Unidades Demonstrativas (UDs) e Unidade de Adaptação de Tecnologia (UATs), em parceria com produtores. Por meio dele, organizações foram assessoradas para implantação de unidades de beneficiamento. Os técnicos do Projeto também prestaram assistência e orientação técnica individuais aos piscicultores.

Bovinocultura de Corte – A bovinocultura de corte tem por finalidade recuperar a fertilidade dos solos e a produtividade das pastagens degradadas, pela adoção de técnicas de cultivo mínimo e de integração da pecuária com outras atividades econômicas; manejar as áreas recuperadas de maneira a propiciar maior sequestro de carbono pelo cultivo de forrageiras e racionalizar o uso da água na exploração; incentivar a intensificação do sistema produtivo com base no aumento de produtividade dos diversos fatores de produção, sobretudo pastagens, instalação e manejo do rebanho, para elevar os índices zootécnicos e estimular a adoção de medidas de rastreabilidade, certificação e da qualidade da produção.

Presente em 109 CAs e 26 Regionais da CATI, o projeto de bovinocultura de corte realizou 2.009 visitas técnicas, sete levantamentos estatísticos, 30 eventos de capacitação de produtores, oito eventos de capacitação de assistentes agropecuários e instalação de nove Unidades Demonstrativas (UDs).



Bovinocultura de Leite – A bovinocultura de leite busca proporcionar aos produtores envolvidos uma assistência técnica objetiva, propondo ações que possibilitem uma exploração leiteira sustentável. A melhoria na eficiência reprodutiva está diretamente relacionada à produtividade do rebanho. A adequação de pastagens, para diminuir o custo de produção; o desenvolvimento de ações de capacitação, para os assistentes agropecuários e produtores; e a transferência de tecnologias relativas à atividade leiteira têm a finalidade de viabilizar o desenvolvimento sustentável da atividade.

O projeto de bovinocultura de leite está presente em 305 CAs e 37 Regionais da CATI, onde foram realizadas 1.973 visitas técnicas, 30 levantamentos estatísticos, 82 eventos de capacitação de produtores, 25 eventos de capacitação de assistentes agropecuários e a instalação de cinco Unidades Demonstrativas (UDs).

Cafeicultura – A cafeicultura representa uma das principais cadeias produtivas do Estado de São Paulo. De acordo com o Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária (Lupa), em São Paulo existem 23.700 propriedades rurais produtoras de café, totalizando uma área de aproximadamente 215 mil hectares, sendo que a grande maioria dos estabelecimentos é caracterizada como pequena propriedade. Outro fato relevante da atividade é sua capacidade de gerar emprego e renda. Estima-se que cada hectare cultivado com café gera, em média, 2,3 empregos diretos e uma renda bruta de aproximadamente R\$ 8 mil.

O Projeto CATI Cafeicultura abrange 16 Regionais e 60 municípios. Os temas abordados pelo Projeto são: Protocolo de BPA; gestão da propriedade rural; políticas públicas voltadas para o mercado; capacitação de técnicos; e capacitação de produtores.

Foram realizados três cursos de capacitação e reciclagem para assistentes agropecuários, com o apoio de instituições de pesquisa, universidades e entidades parceiras; implantadas UATs e UD, em diferentes regiões do Estado; realizados Dias de Campo, encontros técnicos, visitas técnicas, excursões, cursos e palestras.

Fruticultura – A fruticultura promove ações de âmbito estadual, com o objetivo de organizar a cadeia produtiva, com ênfase no fortalecimento do setor pro-



duto, por meio da transferência de informações e conhecimento; adequar o atual sistema de produção para o atendimento de novas exigências do mercado consumidor; implantar sistemas sustentáveis dos pontos de vista social, econômico e ambiental, visando oferecer uma atividade que, além de viabilizar economicamente as pequenas propriedades rurais, ajudará na adequação ambiental das mesmas; e organizar a produção local para atender aos programas oficiais de aquisição de alimentos, bem como estimular o consumo.

O Projeto CATI Fruticultura está presente em 115 municípios e 31 Regionais da CATI, onde foram realizadas 3.446 visitas técnicas, efetuados 304 levantamentos estatísticos, realizados 60 eventos de capacitação de produtores, 13 eventos de capacitação de assistentes agropecuários e instaladas sete Unidades Demonstrativas (UDs).

Heveicultura – O Projeto CATI Heveicultura está presente em 14 Regionais da CATI, abrangendo 60 municípios onde a cultura tem marcante presença, ocupando principalmente pequenas propriedades e com o predomínio de mão de obra familiar, sendo de proprietários ou parceiros.

São Paulo é o maior produtor de borracha, respondendo por mais de 50% da produção no Brasil. Diante da importância da cultura para o Estado, a CATI tem trabalhado com assistência técnica e extensão rural, levando aos produtores e trabalhadores as inovações tecnológicas e as BPA, visando à melhoria social e econômica dos envolvidos na atividade e à preservação do meio ambiente.

O Projeto CATI Heveicultura possui 21 UD's espalhadas nas Regionais envolvidas, onde são realizadas capacitações e palestras para técnicos, produtores e trabalhadores, levando as mais recentes informações tecnológicas sobre a cultura, desde a produção de mudas até a fase de sangria, passando por técnicas de manejo correto da exploração de látex até a adoção das BPA para a cultura.

Por meio do Projeto, entre os anos de 2011 e 2015, foram capacitados 1.918 sangradores para suprir a necessidade de mão de obra especializada na área, um dos maiores entraves da heveicultura paulista.

Olericultura – Por muitos anos, a olericultura desenvolveu-se próxima aos grandes centros urbanos, com um ou outro produtor espalhado pelo interior. Com o aumento da renda da população brasileira e a mudança de hábitos de consumo, onde a alimentação saudável ganhou destaque, o cultivo de hortaliças se disseminou, transformou-se e ganhou espaço, auxiliado pelas políticas públicas de aquisição de alimentos da agricultura familiar.

Ao mesmo tempo, muitos produtores, principalmente os mais jovens, perceberam a importância da olericultura, não só como garantia de fonte de renda, mas

pelo menor tempo entre o plantio e a colheita, uso de áreas menores e a possibilidade de plantar fora de época, quando usado o ambiente protegido, com maiores ganhos por metro quadrado de área cultivada. Isso propiciou a volta de muitos jovens, que haviam saído da propriedade, para a atividade agrícola.

A criação do Projeto CATI Olericultura permitiu a orientação dos produtores de forma ordenada e sustentável, com a criação de uma rede de suporte aos assistentes agropecuários das Casas da Agricultura, com a formação de uma rede de compartilhamento de informações e de capacitação, de forma a chegar o mais rápido possível a todos os produtores rurais, principalmente aqueles atendidos pelo Projeto.

Além dos produtores, muitas associações e cooperativas foram fortalecidas, gerando melhor distribuição de renda, por meio de compras coletivas e comercialização conjunta. Prova disso é o grande número de Iniciativas de Negócios viabilizadas por meio do Projeto Microbacias II – Acesso ao Mercado, voltadas ao processo de embalagem e padronização de produtos, processamento mínimo e aquisição de veículos para transporte adequado, como caminhão com baú isotérmico climatizado etc. Isso vem possibilitando aos produtores rurais o acesso a clientes diferenciados, que remuneram melhor, mas que também são mais exigentes, e, na outra ponta da cadeia, exigindo uma capacitação cada vez mais constante e aprimorada, principalmente voltada à comercialização e à produção de alimentos, e que atendam a essas novas necessidades de consumo e comercialização.

O Projeto CATI Olericultura está presente em 227 municípios e 40 Regionais, onde foram realizadas 7.112 visitas técnicas, efetuados 1.052 levantamentos estatísticos, realizados 193 eventos de capacitação de produtores, 29 eventos de capacitação de assistentes agropecuários e instaladas três Unidades Demonstrativas. ■



Acesso ao mercado - um novo enfoque para a extensão rural paulista

João Brunelli Junior – Engenheiro Agrônomo – Gerente Técnico do Projeto Microbacias II – Acesso ao Mercado – brunelli@cati.sp.gov.br



O Estado de São Paulo possui uma intensa e diversificada atividade econômica, que tem em setores como a indústria, o mercado financeiro, o setor de serviços e o ramo agropecuário seus expoentes mais nítidos, o que o torna o Estado mais desenvolvido do País e um dos maiores polos econômicos da América Latina. É o maior mercado consumidor brasileiro. A agricultura é responsável por mais da metade da atividade econômica em 60% dos 645 municípios paulistas, sendo que, de um total de 324.601 unidades agrícolas, que ocupam 20.504.107ha, 262.519 (81%) são pequenas propriedades rurais, segundo o Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária (Lupa, CATI/IEA/SAA, 2007/2008).

A história da agricultura de São Paulo é o resultado de um processo histórico que remonta aos primórdios da colonização do Brasil. A ocupação das terras cultiváveis do interior de São Paulo privilegiou grupos com maior poder econômico, que adquiriram as terras mais férteis localizadas às margens dos grandes rios, como Tietê e Paranapanema, com título e documentação legalizada. A população rural mais pobre ficou às margens do processo, ocupando terras com topografia menos propícia ao cultivo, inférteis e, em muitos casos, sem o título de propriedade. Com o passar do tempo, esses problemas permaneceram. E, ainda hoje, os agricultores familiares vivem os resquícios desse processo. Desenvolvem suas atividades em

áreas marginais, acidentadas e com poucos recursos e baixa produtividade, o que demanda recursos adicionais para sua correção e obtenção de boa produtividade.

O agricultor familiar tem o conhecimento básico para produzir com competência, porém enfrenta inúmeras barreiras que impedem seu sucesso. Também encontram muitas barreiras para acesso ao crédito rural, o que impede ou desestimula a busca de novos investimentos na atividade agropecuária e, em decorrência, têm produção baixa e fora dos padrões exigidos pelo mercado consumidor. Os produtos que não se enquadram nesses padrões são descartados, ocasionando desperdícios e prejuízos. Por outro lado, quando promovem individualmente a comercialização de seus produtos, mesmo que sejam produtos de reconhecida qualidade, quase sempre ficam nas mãos dos atravessadores, que operam junto ao mercado nas mais variadas cadeias produtivas.

Os produtores rurais normalmente são pouco organizados e têm baixa influência ou poder de negociação nos órgãos de representatividade. Eles têm dificuldades de escoar sua produção, porque o grande mercado consumidor do Estado se localiza nas regiões metropolitanas, em função do grande contingente populacional urbano e da maior renda *per capita*. Considerando esta lógica, em grande medida, os produtos da agricultura familiar são produzidos no inte-

rior do Estado e transportados até a capital, onde são processados. Após o processamento, são redistribuídos para o interior nas redes atacadistas ou varejistas, ocasionando grandes custos e, em decorrência, altos preços dos alimentos de melhor qualidade e minimamente processados.

Em consequência dessa dinâmica de funcionamento do mercado, no decorrer dos anos, os produtores têm tido dificuldades de permanência nesta atividade produtiva. A população do campo está cada vez mais envelhecida e se esvazia paulatinamente, pois as novas gerações buscam melhores possibilidades de vida nas grandes cidades. Vários problemas decorrem desta dinâmica de mercado: a produção e comercialização individualizadas; a falta de organização dos produtores; a falta de recursos para investimentos; as dificuldades de acesso ao crédito; as práticas de manejo insustentáveis dos pontos de vista econômico e ambiental; a qualidade dos produtos, que não atendem às exigências do mercado; e a falta de perspectivas para a população jovem rural.

A CATI, com esse diagnóstico, baseando-se em dados e indicadores, planejou e executou o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMH), no período de 2000 a 2008, que colaborou para que alguns dos pontos apresentados fossem em grande medida solucionados.

Quando da concepção do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS) – Microbacias II – Acesso ao Mercado, cujo foco de intervenção visa à promoção da competitividade dos agricultores organizados, havia a clara percepção da fragilidade da agricultura familiar paulista diante das exigências do mercado. Assim, a comercialização da produção pelos próprios produtores rurais, com valor agregado, representaria uma maior margem de lucro, com a diminuição parcial da ação do atravessador. Dessa forma, o Projeto tem como principais enfoques o apoio às organizações de produtores para investimento em Iniciativas de Negócios dirigidas ao mercado, o fortalecimento das organizações de produtores rurais e a integração de políticas públicas. É pioneiro no cofinanciamento de iniciativas coletivas de negócios voltados ao mercado, ou seja, repassa subvenções econômicas para organizações rurais de

produtores, de direito privado, implantarem negócios sustentáveis dos pontos de vista econômico, ambiental e social, de caráter e uso coletivos.

A aplicação do aspecto inovador do Projeto, que são os investimentos nos negócios das organizações de produtores, tem gerado impactos significativos na melhoria do emprego e da renda e proporcionado incremento aos comércios local e regional.

As subvenções pagas pelo PDRS – Microbacias II oferecem ferramentas e instrumentos que propiciam aos produtores rurais enxergar a propriedade como uma unidade produtiva empresarial. Na prática, oferece às organizações de produtores a possibilidade de participação de maneira mais efetiva nos mercados direcionados aos produtos agrícolas classificados, manufaturados, minimamente processados, selecionados e padronizados. Os negócios implantados e finalizados já estão em processo de inserção nos mercados varejista, atacadista e de políticas públicas de compras governamentais.

De acordo com o Cadastro de Organizações Rurais da CATI, existem 1.140 organizações rurais em todo o Estado de São Paulo, das quais 179, ou seja, 15,7% do total, são participantes do PDRS – Microbacias II, com 210 Iniciativas de Negócios apoiadas e em execução até a quinta Chamada Pública. O Projeto respeita a dinâmica do mercado e, por meio de uma política de extensão rural calcada no apoio aos negócios das organizações de produtores, proporciona a elas a oportunidade de usufruírem das vantagens comparativas e competitivas em igualdade de condições com a iniciativa privada.

Como consequência das subvenções e, por conseguinte à implantação das Iniciativas de Negócios, as organizações empenham-se em conhecer o mercado, buscando informações de preços e novos clientes. Os ganhos para as organizações são notáveis. Grupos antes desarticulados se fortaleceram, passaram a ter planejamento na produção e garantia de comercialização das safras. Passaram a ter mais foco nas ações e profissionalismo na gestão do negócio, objetivando preços competitivos no mercado. O fortalecimento se deu também na autoestima e na confiança entre os associados/cooperados e dirigentes e na sustentabilidade das organizações.

Em números, o Projeto Microbacias II – Acesso ao Mercado atendeu 113 associações de produtores, 62 cooperativas, quatro comunidades indígenas e sete comunidades quilombolas, totalizando 186 organizações que tiveram 218 Propostas de Negócio aprovadas, envolvendo o valor total de R\$ 128.072.520,31, sendo apoiados pelo governo estadual o total de R\$ 85.633.740,02, com contrapartida de R\$ 42.438.780,29. Dessa forma, o Projeto tem se mostrado um instrumento emancipador e gerador de riquezas, sob os pontos de vista local e regional. ■

Extensão Rural para Povos Tradicionais: unindo etnodesenvolvimento e redes sociotécnicas de cooperação

Abelardo Gonçalves Pinto – Engenheiro Agrônomo – Divisão de Extensão Rural (Dextru/CATI) – abelardo@cati.sp.gov.br



Roberta Lage – Cécora/CATI

A extensão rural, numa definição simples, é um serviço de educação não formal e de caráter continuado, realizado no meio rural, que tem por objetivo o desenvolvimento sustentável. De que forma, então, devem trabalhar os extensionistas rurais para promover tal processo de desenvolvimento nesse difícil contexto em que estão imersas as comunidades tradicionais? Como conciliar a formação acadêmica especializada dos extensionistas com a complexidade ecológica e socio-cultural presente nas comunidades tradicionais?

Os povos e as comunidades tradicionais são definidos como grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Nessa categoria social encontram-se as comunidades indígenas, integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais, pescadores artesanais, extrativistas e outros segmentos da população rural brasileira.

Falando especificamente de indígenas e quilombolas, seus problemas atuais têm como origem comum os processos de dizimação e escravização a que foram submetidos, tanto no período colonial brasileiro como no posterior, em continuado processo de exclusão social a que foram e a que ainda estão sujeitos, em que pesem as conquistas obtidas com a Constituição de 1988.

São portadores de uma tradição de lutas e, hoje, batalham pelo reconhecimento e pela regularização de suas terras e pela melhoria da qualidade de vida de suas comunidades. Como apontou Mércio Gomes, ex-presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), "os indígenas se sentem lesados e abandonados pelo descaso das autoridades e não sabem o que fazer para encontrar seu próprio caminho diante das dificuldades atuais. Vivem uma situação difícil e sofrida e precisam do Estado para sobreviver".

Não é uma resposta simples, não existem modelos padronizados de atuação. A regra básica é promover "ações diferentes para etnias e povos diferentes", buscando praticar o conceito da igualdade na diferença, isto é, atuar com a consciência de que somos todos diferentes, mas com direitos iguais. Outra regra básica é trabalhar com proposições e não com imposições, compreendendo que essas comunidades possuem concepções de vida e de existência muito diferentes daquelas as quais os extensionistas estão habituados.

Etnodesenvolvimento

O objetivo superior de qualquer projeto ou intervenção deve ser o horizonte da perpetuação da identidade étnica. A identidade étnica é um conjunto de fatores que unem os integrantes de uma determinada comunidade – a religião, a terra que habitam, a língua e a cultura – além da história e de origens comuns.

Tal propósito de trabalho conforma o que se denomina etnodesenvolvimento, isto é, um conjunto de ações, projetos e práticas – geridas pelas comunidades e apoiadas pela rede sociotécnica de cooperação – objetivando a valorização e potencialização dos recursos endógenos, a produção de alimentos, a geração de renda e a recuperação e conservação ambientais.

E como gerar renda e promover a segurança alimentar em comunidades tradicionais? O professor Paul Singer, secretário Nacional de Economia Solidária, ressalta que para desenvolver uma comunidade pobre é preciso "aumentar-lhe a renda monetária, com a qual possa adquirir bens e serviços ven-



didados fora dela. Ora, a única maneira não casual nem ilegal duma comunidade pobre aumentar o dinheiro que seus membros ganham é vender para fora mercadorias, em quantidades crescentes, sem que o seu preço caia (ao menos no curto prazo). Encontrar tais mercadorias é, portanto, condição essencial mas não suficiente para dar partida ao processo de desenvolvimento".

A experiência da CATI com comunidades indígenas e quilombolas, por meio do Projeto Microbacias II – Acesso ao Mercado, teve início em 2008 e busca justamente – trabalhando dentro dos princípios do etno-desenvolvimento e da atuação em redes sociotécnicas de cooperação – promover a geração de emprego e renda a partir de recursos e habilidades já existentes nas comunidades, seja na produção de artesanato, alimentos básicos em sistemas agroflorestais, seja no processamento de alimentos, acesso ao mercado de compras governamentais etc.

Redes Sociotécnicas de Cooperação

A dificuldade em estabelecer serviços públicos promotores de desenvolvimento para as populações indígenas e quilombola está ligada à pouca capacidade de diálogo e articulação entre os órgãos governamentais e também à reduzida participação e ao controle social por parte dos povos tradicionais na construção e execução das políticas públicas a eles voltadas.

A Rede Sociotécnica de Cooperação pode ser vista como uma prática extensionista envolvendo organizações públicas e privadas, para atuar numa determinada comunidade ou território. No caso das comunidades tradicionais, busca oportunidades de mobilizar os recursos locais, das organizações municipais, estaduais, federais e do setor privado, para promover o etnodesenvolvimento. A constituição de redes significa implantar uma nova prática extensionista cooperativa, que requer o alinhamento de propósitos e ações de atores sociais heterogêneos, que possuem valores, objetivos e lógicas próprios de atuação.

A premissa é que qualquer inovação tecnológica somente se viabiliza pela construção de uma rede sociotécnica. Não bastam apenas a qualidade intrínseca da tecnologia ou os recursos financeiros disponíveis. A inovação não se impõe por si, o êxito é resultante de uma participação interativa da comunidade e dos demais atores da rede.

O sucesso das redes significa benefícios diretos para os usuários indígenas e quilombolas dos serviços de extensão rural; valorização e motivação dos servidores públicos envolvidos; e benefícios para a sociedade em geral, não somente pela produção de alimentos que os projetos trazem, mas também pela otimização dos recursos públicos utilizados. O êxito na construção desse processo pode ainda ser muito útil para a aplicação em outras regiões/comunidades

e mesmo para profissionais de outras áreas governamentais.

Como aponta o zootecnista Newton José Rodrigues da Silva, da Casa da Agricultura de Santos, o trabalho em redes de cooperação é a melhor estratégia para a superação de obstáculos gerenciais, jurídicos, produtivos e de inserção em mercados. As políticas públicas somente são eficazes quando apoiadas por uma forte rede local.

Tal metodologia é passível de replicação para qualquer tipo de situação problema que esteja afetando determinada comunidade, em qualquer área do desenvolvimento socioeconômico. A inovação aqui trazida é o mecanismo proposto (as redes) para que esses fatores possam ser alinhados em benefício da população.

Em linhas gerais, e em conformidade com Newton Rodrigues, o processo de construção de uma rede sociotécnica percorre o seguinte itinerário de ação:

- O problema deve ser amplamente debatido; os atores sociais (organizações e indivíduos) devem estar comprometidos com a solução consensuada nos debates com a comunidade e com as organizações parceiras; as relações de confiança devem ser construídas nas ações diárias; deve-se buscar uma atuação coordenada das organizações e despertar a consciência de que a construção das mudanças é um processo coletivo; é imperativo zelar pela igualdade de importância dos atores e celebrar as conquistas alcançadas nas diferentes etapas do projeto.

Outra importante condição para a replicabilidade está relacionada com o perfil da(s) liderança(s) da Rede, que deve abranger: capacidade de construir clima de cooperação; capacidade de ouvir; capacidade de estabelecer parcerias; o forte engajamento pessoal; sólidos conhecimentos técnicos na área trabalhada; e habilidade com técnicas participativas, que são ferramentas básicas do trabalho em rede.

Em que pesem as dificuldades enfrentadas hoje pelas comunidades tradicionais e pelas organizações de extensão rural em todo o Brasil, a experiência paulista de atuação em redes sociotécnicas de cooperação, aliada às relativamente recentes políticas públicas de compras governamentais e de créditos para as comunidades tradicionais, aponta para um cenário otimista em relação à eficácia das ações governamentais junto aos povos tradicionais. ■



Cleusa Pinheiro – Cecor/CATI

Extensão Rural – surgem novas ações impostas pela sociedade

Abelardo Gonçalves Pinto – Engenheiro Agrônomo – Divisão de Extensão Rural (Dextru/CATI) – abelardo@cati.sp.gov.br

Beatriz Cantúcio Pazinato – Nutricionista (Dextru/CATI) – beatriz@cati.sp.gov.br

Denise Baldan – Nutricionista – Gabinete da Coordenadoria (CATI) – denise.baldan@cati.sp.gov.br

Graça D'Auria – Jornalista – Centro de Comunicação Rural (Cecor/CATI) – gdauria@cati.sp.gov.br

Escolástica Ramos de Freitas – Engenheira Agrônoma (Dextru/CATI) – escolastica@cati.sp.gov.br

Hiroimitsu Gervásio Ishicawa – Engenheiro Agrônomo (Dextru/CATI) – hiromitsu@cati.sp.gov.br

José Augusto Maiorano – Engenheiro Agrônomo, diretor da CATI Regional Campinas – maiorano@cati.sp.gov.br

Maria Cláudia Silva Garcia Blanco – Engenheira Agrônoma (Dextru/CATI) – claudia@cati.sp.gov.br



Os últimos censos agropecuários (1996 e 2006), realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), demonstram a relevância social e econômica da agricultura familiar no Brasil. Dos 5.175.489 estabelecimentos agrícolas do País, 84,4% são familiares, ocupam 24,3% da área total, representam 74,4% das pessoas ocupadas e é responsável por 38% do Valor Bruto da Produção (BRASIL, 2009; IBGE, 2009). Essa agricultura familiar é atendida pelos órgãos de assistência técnica e extensão rural, no caso de São Paulo pela CATI, por meio da Divisão de Extensão Rural (Dextru), que leva aos 40 escritórios regionais e às centenas de Casas da Agricultura os novos projetos e ações propostos pelo governo do Estado de São Paulo, pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento ou pela própria Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), que tem por dever e missão estar atenta aos anseios dos produtores rurais paulistas.

A Divisão de Extensão Rural (Dextru) da CATI, além de trabalhar com projetos voltados às principais cadeias produtivas, atende as mais variadas demandas surgidas no dia a dia das Casas da Agricultura. Elas vêm de produtores rurais e grupos de mulheres, em especial. Enquanto uns vão em busca de alternativas, outros são levados pelos técnicos que os atendem a experimentar novas tecnologias e/ou manejos ou a

aproveitar melhor a sua produção agregando valor aos seus produtos seja em forma de embalagens, miniprocessamento ou agroindústria. O objetivo dos técnicos passa a ser auxiliar o produtor na tomada de decisões para que venha a cumprir a legislação em relação à preservação de recursos naturais; encontrar novos nichos de mercado onde atuar, como as políticas públicas de compra de alimentos; ter maior lucratividade e renda em sua atividade e, em consequência, melhor qualidade de vida no campo, com reflexos positivos também para a população urbana. Nesse movimento, no qual atitudes pró-ativas e participativas são bem-vindas, surgem novos projetos e firmam-se outros.

Agricultura Orgânica

As ações da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA) no apoio, na gestão e no desenvolvimento da agricultura orgânica ocorreram, a partir da década de 1980, concomitantemente com as manifestações e preocupações da sociedade por um modelo de produção de alimentos sustentáveis e com segurança alimentar. As ações vieram na forma de apoio à criação de organizações não governamentais (ONG's) como a Associação de Agricultura Orgânica (AAO), criação de Comissão Técnica de Agricultura Ecológica e, recentemente, da Câmara Setorial de Agricultura Ecológica.



A CATI, via Divisão de Extensão Rural e Departamento de Comunicação e Treinamento (DCT), vem participando ativamente nesses espaços, seja na oferta de capacitações para técnicos e produtores rurais; na organização de eventos, como seminários e encontros; e na edição de publicações voltadas ao tema. Desde 2001, várias capacitações têm sido realizadas em todo o Estado culminando, no ano de 2014, com os lançamentos do Programa São Paulo Orgânico e, também, da primeira semente de milho orgânico do Brasil produzida pelo Departamento de Sementes, Mudanças e Matrizes (DSMM/CATI). No Programa São Paulo Orgânico, as capacitações divididas em Módulo I (Introdução à Produção Orgânica) e Módulo II (especialização em temas como fruticultura, olericultura, cultivo de cereais, café e sistemas agroflorestais – SAF) envolveram 158 técnicos da CATI lotados em todas as regiões do Estado de São Paulo. Durante o ano de 2015, essas capacitações resultaram em 66 projetos na cadeia de Fruticultura e 171 projetos na cadeia de Olericultura, com ênfase em práticas do manejo orgânico via projetos executados e em execução pelas Casas da Agricultura.

Dando prosseguimento às ações, está em fase de implantação o Projeto Piloto de Agricultura Orgânica, uma iniciativa que vem ao encontro da crescente demanda por produtos saudáveis e pela conservação dos recursos naturais. O projeto contempla o desenvolvimento de sistemas locais de produção, por meio da instalação de Unidades de Adaptação de Tecnologias (UAT), que além de gerar e validar tecnologias apropriadas, servem como unidades demonstrativas para capacitação de agricultores e técnicos. Segundo os técnicos envolvidos, a transição da agricultura convencional para a produção orgânica é um processo que requer esforços e desenvolvimento de

habilidades e competências, inclusive na contribuição pelo aumento da demanda.

A estratégia principal do Projeto de Agricultura Orgânica é a formação de polos regionais de produção orgânica e ecoturismo. Para isso, os extensionistas buscam o fortalecimento de associações e cooperativas de produtores, que poderão estabelecer processos agroindustriais coletivos e a criação de bancos de sementes, mudas e matrizes orgânicas. Na outra ponta, fomenta o consumo de produtos orgânicos por meio de grupos formais e informais. Nesse sentido, várias capacitações têm sido feitas, tanto básicas, como voltadas a cadeias específicas como fruticultura, olericultura, cereais, cafeicultura e sistemas agroflorestais.

Plantas Medicinais e Aromáticas – resgate, tradição e alternativa sugerindo novos sabores e mais saúde

Na área de plantas aromáticas e medicinais, o objetivo é o de promover ações de construção do conhecimento sobre o cultivo e o uso seguro dessas espécies. Os projetos priorizam o saber tradicional e, por meio de ações pedagógicas, estes conhecimentos são organizados e, junto com a pesquisa científica, é construído um novo saber, que valoriza e garante o uso eficaz dessas plantas. Essas ações são realizadas de forma multi-institucional e transdisciplinar, envolvendo os setores da saúde, agricultura e educação, governamentais e não governamentais.

Um exemplo dessa experiência é a realização da Semana de Fitoterapia de Campinas, promovida anualmente com uma média de 350 participantes, entre agricultores familiares, extensionistas rurais, profissionais de saúde, estudantes e população em geral. Os objetivos da Semana de Fitoterapia são: informar, sensibilizar, conscientizar e mobilizar a opinião pública sobre o cultivo e o uso de plantas medicinais; ampliar os conhecimentos técnicos dos profissionais da rede municipal de saúde e dos extensionistas da CATI; proporcionar a divulgação de saberes tradicionais e científicos sobre fitoterapia, etnobotânica e produção de plantas medicinais. O evento, que teve sua 13.^a edição realizada em 2015, já é tradicional e conta com a parceria de várias instituições públicas e não governamentais, constituindo uma rede municipal de promoção das plantas medicinais e da fitoterapia.

Outra atuação importante da Divisão de Extensão Rural, junto com o Departamento de Comunicação e Treinamento, é a elaboração de publicações técnicas para apoiar esses projetos como, por exemplo, o Boletim Técnico Plantas Aromáticas e Medicinais, a cartilha de fitoterapia e o folder técnico Farmácia Viva – Adote este remédio. O Projeto Farmácia Viva prevê mais, elaborado pela Dextru, atende à produção rural, periurbana e urbana visando à produção de plantas

aromáticas e medicinais com dupla finalidade: promoção da saúde e alternativa econômica de renda. São atendidas as demandas provenientes das CATI Regionais e Casas da Agricultura sobre a temática e realizados dias de campo, reuniões, visitas técnicas, capacitações, entre outras metodologias que disponibilizam o conhecimento técnico adequado ao cultivo; resgata o conhecimento comunitário e orienta sobre o uso de Boas Práticas no beneficiamento e processamento das plantas. Há uma atuação maior junto ao Projeto CATI Olericultura e às ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater).

Boas Práticas de Fabricação – agregando valor ao produto agropecuário

Em razão de acentuadas mudanças no estilo de vida da população, padrões de consumo, redução das famílias, busca de conveniência e conscientização da necessidade de uma dieta alimentar saudável e que atenda às exigências de segurança alimentar, os diversos produtos do agronegócio, entre eles as frutas, os legumes e as verduras minimamente processados, têm impulsionado o surgimento de novas formas de organizações de sistemas agroindustriais.

O processamento mínimo de frutas, legumes e verduras é recente no Brasil, surgiu na década de 1990 quando se iniciaram as pesquisas, permitindo que o setor pudesse atuar de forma organizada, sustentável e competitiva. Atualmente, é um nicho de mercado em constante crescimento e uma oportunidade de incremento em vendas para o setor privado, as lojas de conveniência e os pontos estratégicos. Mas é nas compras institucionais (políticas públicas de aquisição de alimentos) como, por exemplo, as feitas por escolas, creches, presídios, fundações, autarquias, hospitais e universidades, por meio de programas federais como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e, no caso de São Paulo, Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social (PPAIS), que os maiores avanços vêm sendo notados, com a agroindústria familiar assumindo significativa importância no espaço rural, sendo capaz de ampliar a competitividade e proporcionar o acesso ao mercado aos agricultores, principalmente pela capacidade de geração direta e indireta de trabalho e renda para as famílias.

O mercado institucional é uma das possibilidades mais acessíveis de comercialização e organização dos agricultores familiares. Ao mesmo tempo é um desafio, pois as formas de organização e gestão adequadas são pontos de partida para um futuro promissor. Este desafio vem sendo superado

pelas famílias com o apoio da extensão rural que, em conjunto com as políticas públicas, incentiva a expansão e o fortalecimento da agricultura familiar, fazendo com que as suas organizações possam acessar os mercados com produtos de qualidade a fim de que alcancem patamares crescentes de sustentabilidade econômica.

Diante desta realidade e das exigências das legislações sanitárias, que estabelecem regulamentos a serem seguidos nas atividades de processamento e na comercialização de alimentos, torna-se imprescindível a adoção das Boas Práticas de Fabricação, com medidas sedimentadas e eficazes a longo prazo, que garantam a segurança dos produtos.

As capacitações em “Boas Práticas de Fabricação no Processamento de Matérias-Primas Agropecuárias” têm sido realizadas pela Dextru junto aos produtores rurais membros de associações ou cooperativas como proposta do componente Fortalecimento das Organizações Rurais, do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS) – Microbacias II – Acesso ao Mercado. As organizações de produtores rurais que tiveram Propostas de Iniciativas de Negócios aprovadas e habilitadas nas diversas Chamadas Públicas passaram a solicitar capacitações com vistas a melhorar os procedimentos e estruturar a comercialização de seus produtos. Foram capacitados até o momento 225 agricultores familiares, que fazem parte das cadeias produtivas de olericultura e fruticultura.

Todas as capacitações têm como material didático apostilas e Instruções Práticas que também ficam à disposição de interessados e abordam técnicas de fabricação a partir de variados produtos, sempre visando a um aproveitamento integral dos alimentos. ■



Extensionista: multifaces de um profissional

Cleusa Pinheiro – Jornalista – Centro de Comunicação Rural (Cecor/CATI) – cleusa@cati.sp.gov.br

O meio rural vive transformações profundas, já não sendo possível pensar em desenvolvimento sem pensar em produção sustentável e preservação do meio ambiente, com foco centrado na família rural. Esse contexto requer um resgate do verdadeiro papel do extensionista, que muito mais que difusor de tecnologia visando à produção, é um articulador de mudanças na comunidade rural.

Segundo o engenheiro agrônomo Vicente de Jesus Carvalho (aposentado da CATI), que durante 35 anos foi um extensionista apaixonado, “como filosofia de trabalho, a extensão rural tem por objetivo a educação extraescolar, que auxilia as famílias rurais a descobrirem e determinarem suas próprias necessidades, a fim de que possam encontrar a solução de seus problemas, ajudando-as a adquirir conhecimento e a agir no sentido de fazer seu uso adequado”.

Diante da nova realidade, o profissional de extensão rural passou por transformações para estabelecer uma relação confiável e criativa com os produtores, visando ajudá-los a alcançar um nível econômico e social satisfatório. Para o engenheiro agrônomo Abelardo Gonçalves Pinto, da Divisão de Extensão Rural (Dextru/CATI), na última década viveu-se uma fase de transição de um modelo que privilegiava a assistência técnica para aumento de produtividade, para ações mais amplas de extensão rural, com vistas a garantir melhor qualidade de vida e renda às famílias rurais. “Nesse novo modelo é imprescindível que o extensionista busque novas habilidades, tais como capacidade de estabelecer parcerias, articular projetos de desenvolvimento que gerem emprego e renda, promovam a conservação ambiental e melhorem indicadores sociais de saúde e educação”.

Além disso, de acordo com o médico veterinário Ivamney Augusto de Lima, da Dextru, “o extensionista precisa estar preparado para planejar o desenvolvimento rural, com a participação dos agricultores na construção do agir localmente e pensar globalmente, representados por suas organizações e seus Conselhos de Desenvolvimento”. Portanto, o novo modelo de extensão rural deve estar fundamentado no diálogo e na construção do conhecimento junto com os agricultores.

A CATI é o órgão que realiza a extensão rural em São Paulo, por meio das Casas da Agricultura. De acordo

com Abelardo, a instituição tem expandido, já há alguns anos, um novo enfoque para sua prática extensionista, trabalhando no sentido de aumentar o protagonismo dos agricultores. “Para isso, vem capacitando seus técnicos e, também, o seu corpo administrativo, para atuarem de forma a ampliar os horizontes dos agricultores, não oferecendo receitas prontas, mas alternativas que provoquem mudanças paradigmáticas”. Essa capacitação é importante, pois as ferramentas de trabalho dos técnicos estão mudando. O profissional de extensão vive uma época de mudanças que requer novas metodologias de intervenção, necessidade de ações interinstitucionais, por intermédio das redes sociotécnicas, abordagens transdisciplinares, novo enfoque de comunicação e criatividade”.

João Batista Vivarelli, diretor da CATI Regional São João da Boa Vista, corrobora esse pensamento. “Aprendi ao longo dos anos – e já são 32 de instituição –, que para ser extensionista é preciso estar aberto ao novo; às novas relações no campo, às novas tecnologias e às transformações na forma de produzir e consumir conhecimento. Mas também é imprescindível entender a família rural e sua realidade, transmitindo conceitos de forma clara para que o produtor compreenda e se aproprie das informações para ser agente na transformação da sua realidade. Eu costumo dizer que sou como o médico de família, sou o “agrônomo de família”, que ama estar no campo e para fazer bem o seu trabalho e entender o modo de vida de seu “paciente”, ouve a ele, a seus filhos e colaboradores”, comenta o agrônomo que se revela um apaixonado pela extensão rural e pela agropecuária sustentável, as quais garantem renda e qualidade de vida para o produtor e sua família.

Extensionistas: a visão de quem está no campo

CATI Regional Dracena

Sebastião Netto de Carvalho e Silva, engenheiro agrônomo da CATI Regional Dracena, está às portas da aposentadoria... no papel, pois coração de extensionista bate para sempre nas ondas dos sons característicos do campo. Formado pela Faculdade de Agronomia e Zootecnia Manoel Carlos Gonçalves, de Pinhal, em 1973, ingressou na CATI em 1974. “Ao longo desses anos, vivenciei muitas transformações, políticas governamen-



Arquivo Pessoal

tais, programas, projetos e ações que nem sempre tinham o produtor como centro das decisões. Mesmo assim, eu tinha a verve de extensionista, seguindo ensinamentos de alguns que trabalharam na região antes de mim (o agrônomo iniciou sua vida funcional na Casa da Agricultura de Panorama, na efervescência do processo de mecanização agrícola e da Revolução Verde, o que influenciou em sua escolha do local de trabalho, que ficava na fronteira com o Mato Grosso, área que ele visualizou como a melhor para a expansão da agropecuária paulista na época). Aprendi que a gente é meio conselheiro, educador, ouvinte e agente de mudança, sociólogo, economista, e ufa... engenheiro agrônomo, ou veterinário, ou zootecnista, ou engenheiro agrícola; funções que os técnicos da CATI desempenham”, avalia o agrônomo.

Em um período no qual as tecnologias e os conhecimentos de produção eram passados de forma difusora (ver conceito na matéria de história na página 43), Sebastião inovou ao tornar-se produtor rural e instalar uma Unidade Demonstrativa de Tecnologia na sua área para apresentar as metodologias de plantio que a pesquisa desenvolvia. “Eu dividi a área entre algodão, amendoim, milho, soja, tomate, olerícolas (algumas eram novidades) e apliquei todas as tecnologias disponíveis no momento; consegui com isso mostrar na prática para uma legião de agricultores que elas davam certo. Também mostrei formas diversas de comercialização, por meio do meu exemplo. Um grande número de produtores aderiu em diversas cidades da região, onde os cereais começaram a ganhar área de produção”, relembra o agrônomo.

Entre os tantos trabalhos desenvolvidos ao longo de sua carreira de extensionista, o trabalho que o agrônomo considera como símbolo é desenvolvido com a Associação dos Trabalhadores de Jaciporã – J. Marques (distrito de Dracena), cuja história de fundação poderia ser o enredo de um filme, segundo ele. “No início dos anos 2000, um grupo de sem-terras invadiu uma

propriedade particular rural ao lado da Fazenda das Cobras, em Jaciporã. A proprietária foi conhecê-los e os contratou como funcionários. Esse foi o primeiro passo que mudaria o rumo de suas vidas”, conta saudoso, o agrônomo, continuando: “com o passar do tempo, a pecuarista Marilene Magres Marques, além de dar emprego, incentivou o grupo a formar uma associação. “Ela arrendou 30 alqueires de suas terras para eles, que iniciaram o plantio de milho e batata doce. Esse fato marcou o início da Associação que foi fundada em 2003, com o nome do esposo de Marilene, José Marques Lopes (já falecido). Com o passar do tempo, a produção começou a declinar. Em virtude disso, eles nos procuraram na CATI, para conhecer alguma cultura que não dependesse tanto do clima. Começou aí, uma relação que tem se estreitado e dado excelentes frutos”, ressalta o extensionista.

Após um trabalho de fortalecimento da organização, adoção de tecnologia e aprimoramento e diversificação da produção, com total envolvimento dos produtores, que foram agentes efetivos de sua mudança, e o trabalho árduo de extensão rural, hoje a associação promove o desenvolvimento sustentável; capacita associados para trabalhar com a terra, preparando-os também para a complexidade do mercado de trabalho e suas constantes transformações, criando condições para que eles possam elevar suas condições socioeconômicas, participando de projetos que visem proporcionar aumento de renda familiar. Sendo assim, desde 2006, participa das políticas públicas de compras institucionais, tendo sido a primeira associação a entregar produtos no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Estado de São Paulo. Além disso, processa e vende mandioca e farinha de mandioca. Com a utilização do excedente da produção de seus associados, beneficia, processa e comercializa variados tipos de produtos, como conservas, doces, pães e salgados, com venda direta ao consumidor, o que tem agregado ainda mais valor à produção.

“Como extensionista, sinto-me gratificado porque fiz parte desse progresso social – que propiciou às famílias ter suas casas, carro e os filhos na escola –, tendo participado de sua construção e, hoje, vendo que o modelo de organização aqui praticado tem sido exemplo para outros grupos que precisam se desenvolver. A implantação do projeto de agregação de valor que está aprovado pelo Microbacias II para a construção de um *packing house*, com certeza será um novo marco que alavancará ainda mais a organização, trazendo novas oportunidades de aprendizado, tecnologia e conquista de mercado, ampliando a renda e a qualidade de vida dos produtores, que hoje tem orgulho de serem chamados assim”, finaliza.

Casa da Agricultura de São Miguel Arcaño – CATI Regional Itapetininga

Átila Queiroz de Moura tem 40 anos e atua como extensionista na Casa da Agricultura (CA) de São Miguel

Arcanjo, a qual pertence à CATI Regional Itapetininga. Formado pelas Faculdades Integradas Cantareira, em 2004, com especialização em gestão pública, pelo MBA Executivo da Fundação Getúlio Vargas, o agrônomo ingressou na CATI, egresso do último concurso realizado em 2008. "Sou de São Paulo capital, mas passei minha infância na região de Cerqueira César, onde aprendi a gostar das coisas do campo. Por incrível que pareça, fiz agronomia para ser agricultor e pecuarista e não engenheiro agrônomo. Na época de universitário, ainda não tinha a clareza e a dimensão exata dessa maravilhosa profissão. Meu caminho na Extensão Rural realmente teve início na CATI, no dia 21 de maio de 2009, meu primeiro dia de trabalho na CA", explica.

Para o agrônomo, ser extensionista significa ter a possibilidade de contribuir para melhorar a vida das pessoas. "Para mim é estar comprometido em retribuir à sociedade as oportunidades que a vida me permitiu, com muito esforço pessoal, transformar em realidade. No decorrer desses anos e com a proximidade da realidade das famílias do município onde atuo, entendi o significado do verdadeiro desenvolvimento sustentável, que possibilita a permanência do homem no campo se dedicando àquilo que sabe fazer e faz com amor, suor e trabalho duro, cumprindo sua nobre missão de produzir alimentos para sua família e para saciar a fome de seu semelhante, garantindo a soberania alimentar do nosso Brasil".

Segundo ele, o dia a dia de um extensionista rural não é fácil. "É preciso ter um espírito forte e comprometido em querer servir, daí a palavra servidor público, e isso não é tão simples quanto parece, pois traz desafios, dificuldades, necessidade de automotivação, superação, criatividade, saber trabalhar em parceria. Além disso, para que o trabalho tenha bons resultados, é preciso ser acessível e estar disponível ao nosso público-alvo, quebrar barreiras e paradigmas, atender a todos com cordialidade e respeito, entender as diferenças e limitações de cada indivíduo, não ter preconceitos e não fazer pré-julgamentos, colocar-se no lugar do outro, desburocratizar os serviços, tornar o que é difícil e complicado uma coisa simples. Devemos ainda, transmitir conhecimento e informações úteis, tornar acessíveis as políticas públicas a quem é de direito, transformar para melhor o mundo ao nosso redor e cuidar das pessoas. Mais importante que fazer do Brasil uma potência agrícola é fazer do meio rural um lugar melhor para se viver. Diante de tudo isso, é preciso ter sonhos, vontade, iniciativa, garra e persistência para realizá-los, sonhando junto com os agricultores, pois ninguém faz nada sozinho".

E em São Miguel Arcanjo, o sonho dos agricultores, compartilhado pelo agrônomo, se tornou realidade a partir do investimento na organização rural, que propiciou a participação de um

grande grupo no Projeto Microbacias II, o que tem permitido uma farta colheita para aqueles que semearam o associativismo como forma de alcançar novos mercados e obter uma renda melhor para permanecer no campo. "Em sete anos como extensionista na CA, posso comprovar os impactos positivos que o trabalho da CATI proporciona ao agricultor familiar; são tão profundos, que não podem ser medidos em todas as dimensões nem mensurados em sua totalidade, em um curto espaço de tempo. Por isso, destaco somente como exemplo, apenas o Projeto Microbacias II, que se consolidou como uma política pública de sucesso, sem precedentes na história da agricultura familiar são-miguelense, com investimentos da ordem de mais de R\$ 3 milhões, que geraram renda, emprego, qualidade de vida e fixação no campo para um grande número de famílias associadas e/ou cooperadas na Associação dos Produtores Rurais do Bairro Brejaúva e Vizinhos, na Cooperativa Sul Brasil e na Associação Cultural da Colônia Pinhal, que tiveram Propostas de Negócio aprovadas; algumas já finalizadas e outras em execução", comenta emocionado, Átila, lembrando também dos cerca de R\$ 350 mil, investidos na readequação de estradas rurais.

Além dos benefícios para os produtores, o agrônomo destaca os investimentos na Extensão Rural. "Recebemos, por meio do Projeto, dois computadores, duas impressoras e dois veículos. Sempre digo que as conquistas são resultado de esforço, trabalho duro, união, dedicação e comprometimento, empreendedorismo, planejamento, esperança, liderança e organização dos agricultores familiares e dos órgãos públicos comprometidos com a agricultura familiar, principalmente a CATI e a Prefeitura Municipal", ressalta o agrônomo que, em relação ao sonho de se tornar agricultor, revela: "ainda não pude concretizar, mas continuo alimentando essa chama, pois uma vida dedicada à agricultura familiar é uma vida bem vivida". ■



Átila Queiroz (de azul), comemora o sucesso do Microbacias II com produtores beneficiados.

Crédito Rural: uma importante ferramenta para o produtor agropecuário

Alexandre Mendes de Pinho – Engenheiro Agrônomo – Divisão de Extensão Rural (Dextru/CATI) – almendes@cati.sp.gov.br

Alexandre Manzoni Grassi – Engenheiro Agrônomo – Divisão de Extensão Rural (Dextru/CATI) – amgrassi@cati.sp.gov.br



Dá-se o nome de crédito rural ao financiamento de recursos para o produtor rural, por meio de instituições financeiras, destinados à aplicação em atividades e empreendimentos rurais. Entre seus principais objetivos estão o estímulo à produção, ao armazenamento, ao beneficiamento e à industrialização dos produtos agropecuários, bem como o incentivo ao uso de técnicas racionais e conservacionistas nos sistemas de produção.

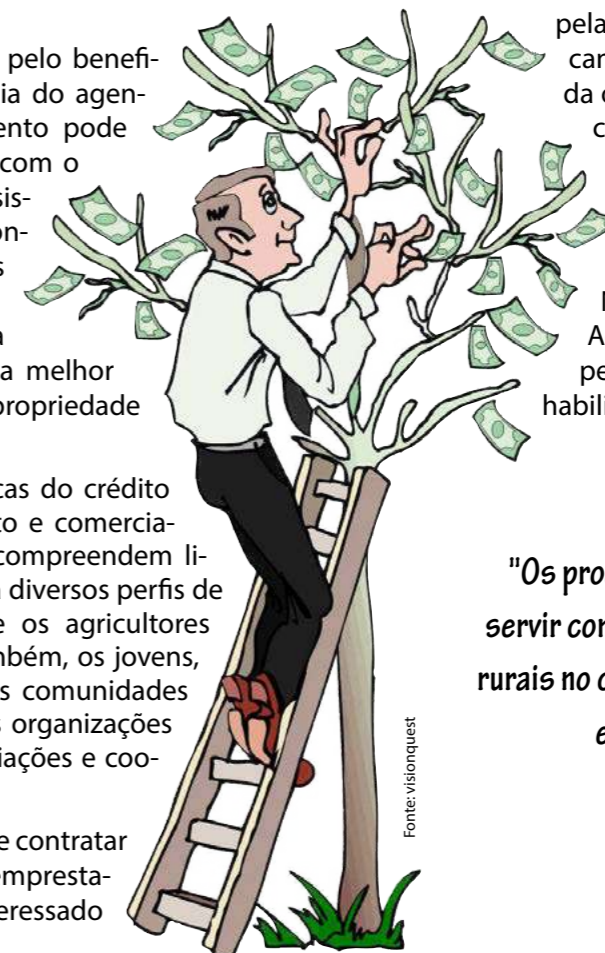
Conforme a opção feita pelo beneficiário ou caso seja exigência do agente financeiro, o financiamento pode ser concedido juntamente com o acompanhamento de assistência técnica, ou seja, contando com recomendações e orientação de técnicos extensionistas, como os da CATI, para que se faça uma melhor aplicação dos recursos na propriedade rural.

Há três finalidades básicas do crédito rural – custeio, investimento e comercialização –, sendo que elas compreendem linhas de financiamento para diversos perfis de produtores, principalmente os agricultores familiares, incluindo-se, também, os jovens, as mulheres agricultoras, as comunidades quilombolas indígenas e as organizações de produtores rurais (associações e cooperativas).

É importante lembrar que contratar crédito é tomar dinheiro emprestado, ou seja, o produtor interessado

em acessar as linhas de financiamento deve estar preparado para assumir o compromisso de pagar uma dívida, ainda que a longo prazo e a juros baixos. E justamente o longo prazo para pagamento da dívida e também as baixas taxas de juros é que têm sido os maiores atrativos que estimulam a procura pelo financiamento rural. Desta maneira, reforça-se que o proponente tem que estar preparado, tornando o acesso ao crédito rural uma verdadeira conquista pelo produtor. Isto porque o financiamento destina-se àqueles produtores que são idôneos, bons pagadores, apresentem boas propostas para investir em seus empreendimentos e que consigam oferecer as garantias exigidas pelas linhas de crédito e pelos agentes financeiros.

O serviço de extensão rural oferecido pela CATI pode ajudar o produtor a alcançar essa conquista, seja por meio da orientação sobre os programas de crédito disponíveis, especialmente aqueles ofertados pelos governos estadual (Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista – Feap) e federal (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf); seja pela emissão de documentos que habilitam o produtor a participar des-



Fonte: visionquest

"Os programas de crédito podem servir como auxiliares ao produtores rurais no caminho para o êxito de seus empreendimentos."

ses programas; seja, ainda, pela ajuda na elaboração da proposta de financiamento, considerando alguns fatores importantes, tais como o potencial produtivo da propriedade rural, as possibilidades de comercialização e a capacidade de pagamento.

O crédito rural pode representar uma importante ferramenta para alavancar um empreendimento agropecuário que participa ou pretende participar de certas políticas públicas voltadas ao meio rural. Entre elas podemos citar os programas de compras de produtos oriundos da agricultura familiar pelos governos estadual, federal e por algumas prefeituras municipais e, também, programas de incentivo às organizações de agricultores familiares, com destaque para o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS) – Microbacias II – Acesso ao Mercado, do governo do Estado de São Paulo.

Mas, o que tem a ver o crédito rural com essas políticas públicas? Tomando por base os programas de compra de produtos da agricultura familiar pelo poder público (por exemplo, Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social – PPAIS; Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE; Programa de Aquisição de Alimentos – PAA), é importante mencionar que o produtor interessado atenda a alguns critérios de qualidade e de frequência de fornecimento exigidos por esses programas. Logo, a contratação de um financiamento de investimento, por exemplo, viria a melhorar a infraestrutura e a qualidade da produção agropecuária, enquanto um financiamento de custeio poderia auxiliar a cobrir as despesas dos consecutivos ciclos produtivos, desde a compra dos insumos até a fase de colheita.

Um outro exemplo de emprego do crédito rural como ferramenta complementar a certas políticas públicas é o Projeto Microbacias II, citado anteriormente. As associações e cooperativas de produtores que desejam participar desse Projeto devem apresentar, como um de seus pré-requisitos, uma proposta

de contrapartida financeira. O Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista, por outro lado, oferece a estas organizações a possibilidade de financiar os recursos necessários a essa contrapartida por meio de linhas de crédito que lhes darão a oportunidade de fazê-lo a juros baixos e com longo prazo de reembolso.

Enfim, os programas de crédito podem servir como auxiliares aos produtores rurais no caminho para o êxito de seus empreendimentos. Para tanto, é preciso buscar informações sobre quais as linhas de financiamento que mais se adequam às suas necessidades, além de se fazer uma análise criteriosa sobre seus reais benefícios e, principalmente, sobre as condições e capacidades de pagamento do empréstimo que será contratado. As Casas da Agricultura da CATI são a melhor opção para o produtor rural buscar essas e outras informações. ■



"O crédito rural pode representar uma importante ferramenta para alavancar um empreendimento agropecuário que participa ou pretende participar de políticas públicas voltadas ao meio rural."

Extensão Rural, Economia Solidária e Redes Sociotécnicas

Newton José Rodrigues da Silva – Zootecnista – Casa da Agricultura de Santos – CATI – newtonrodrigues@cati.sp.gov.br
Abelardo Gonçalves Pinto – Engenheiro Agrônomo – Divisão de Extensão Rural – (Dextru/CATI) – abelardo@cati.sp.gov.br

A Economia Solidária (Ecosol) é integrada por um conjunto de iniciativas socioeconômicas privadas, comumente de natureza cooperativista e associativista, autônomas em relação ao Estado, fundamentadas na solidariedade, reciprocidade e autogestão. As atividades são desenvolvidas pelos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), que compreendem as diversas modalidades de organização econômica, originadas da livre associação, como: cooperativas de consumo, cooperativas de produção e prestação de serviços, bancos populares, associações, fundos rotativos e grupos informais que tenham atuação constante. As cooperativas de produtores rurais, associações e os grupos que organizam ações econômicas com base na reciprocidade, são os EES dos produtores rurais.

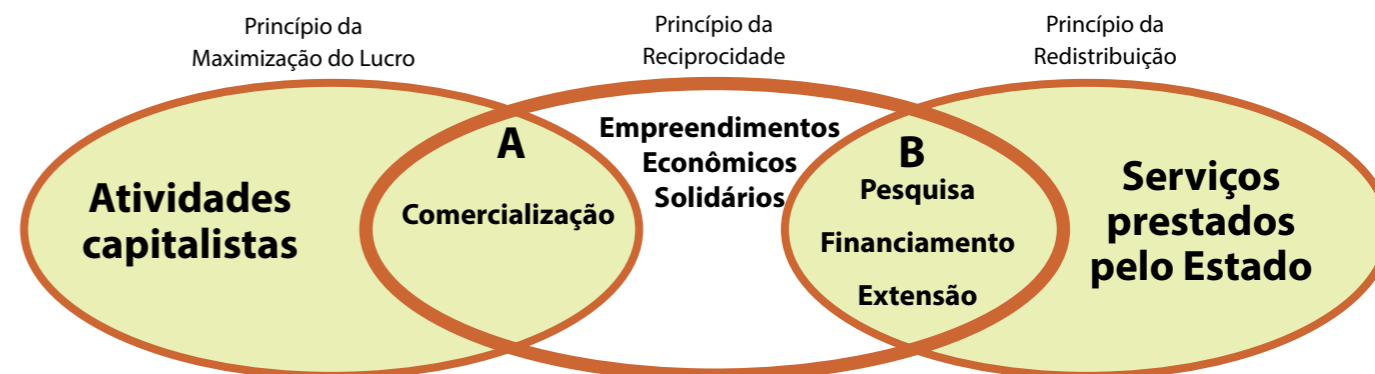
Para o autor Karl Polanyi, a reciprocidade econômica é socialmente construída, pois se trata do aprofundamento e da ampliação de relações para a viabilização de um projeto. Portanto, é diferente de uma simples troca realizada entre fornecedor e consumidor, que estabelece uma relação entre o indivíduo e o objeto de desejo. Ocorre quando cada integrante do EES e parceiros, como fornecedores, consumidores e apoiadores, estabelecem relações forjadas pelo coletivo. As pessoas pensam e agem de acordo com um projeto que representa um quadro de interesse comum, mesmo quando há relações interindividuais nas quais os atores buscam diferentes objetivos.

O sistema econômico é integrado, fundamentalmente, por três princípios – Princípio da

Reciprocidade, Princípio da Redistribuição e Princípio da Maximização do Lucro, como representado na figura abaixo.

A interseção "A" representa as ações dos EES no mercado para que se viabilizem economicamente. O apoio do Estado aos EES, como a extensão rural, a pesquisa científica e o financiamento, está representado na interseção "B". Esses princípios não são antagônicos, pois uma atividade deve se fundamentar sobre os três princípios, segundo a autora Odile Castel. Assim, considerando os EES, é recomendável que haja equilíbrio entre as ações relacionadas a cada um dos princípios. Caso o Princípio da Redistribuição prepondere na gestão dos EES, o empreendimento será dependente dos governos, sendo objeto do assistencialismo. Caso o Princípio da Maximização do Lucro prevaleça sobre os demais, o empreendimento se torna uma empresa capitalista, não havendo relações de reciprocidade entre os seus integrantes ou entre os diferentes agentes da cadeia produtiva. Esse fato reduz a sustentabilidade do empreendimento, o descaracteriza como EES e não gera renda de forma equitativa ou contribui para o desenvolvimento local. Por isso, é necessário que haja vigilância que proporcione o constante fortalecimento do Princípio da Reciprocidade, não permitindo que os EES tenham donos, como governos ou intermediários oportunistas, que agem como agentes de mercado entre os produtores e consumidores, os quais comumente estão maquiados pelo discurso fundamentado nos princípios da Ecosol.

Princípios do Sistema Econômico





Os integrantes das cooperativas e associações de produtores rurais, pescadores indígenas e quilombolas devem estar atentos para que os EES tenham gestão coletiva das atividades e da alocação dos resultados. Nesse quadro é fundamental que os extensionistas atuem para que haja inovações tecnológicas, organizacionais e de mercado, sem perderem de vista que quem inova é o produtor e que ele não é “dono” do empreendimento, dos produtores ou do município, o que lhe exige trabalhar em equipe, ou seja, em reciprocidade com outros profissionais. Além disso, devem estar conscientes quanto aos princípios da Ecosol, principalmente de que a autogestão deve ser o objetivo dos EES. Exige-se, assim, que os extensionistas estejam preparados para o assessoramento técnico, o que é condição *sine qua non* da sua missão, mas também integrem e sejam construtores de redes sociotécnicas que viabilizem os EES.

As redes sociotécnicas são heterogêneas, sendo integradas por diferentes atores, como: produtores, extensionistas, pesquisadores, consumidores, agentes de financiamento, representantes do poder público etc. Essas redes possibilitam as inovações, visto que nenhum projeto se impõe por ser definido *a priori* como bom, pois é a rede que o torna bom, que o viabiliza, como afirmam os autores Michel Callon e Bruno Latour, pesquisadores que elaboraram a teoria das redes sociotécnicas. A principal característica dessas redes é a atuação alinhada e interdependente dos seus integrantes, sendo um espaço de cooperação para que o objetivo de cada um seja alcançado, o que, consequentemente, viabiliza o objetivo coletivo. As diferentes competências dos profissionais que integram as redes sociotécnicas garantem o aporte de conhecimentos que tornam as redes vigilantes para a superação dos desafios impostos pelo mercado ou de outra natureza.

Os projetos coletivos desenvolvidos pela CATI, em ações como Microbacias I e II ou em outras, consolidaram seu sucesso quando a rede sociotécnica foi

construída e o extensionista, um pesquisador ou uma liderança dos beneficiários atuaram, apoiados na credibilidade que possuem, como o ator que promoveu as alianças necessárias entre os demais atores para a construção da rede. Porém, quando não se constroem as redes sociotécnicas que viabilizam os EES de produtores rurais, pescadores, indígenas ou quilombolas, o fracasso dos projetos coletivos é o resultado a ser colhido.

Considerando os desafios socioeconômicos e ambientais impostos para o público-alvo da extensão, conclui-se que a transferência de tecnologia não é suficiente para que sejam superados. É necessário que os projetos sejam construídos de forma participativa, com a mobilização dos diferentes atores que integrarão a rede sociotécnica, e que sejam resultado da cooperação e da reciprocidade. Dessa forma, são reduzidos de forma expressiva os riscos de fracasso.

A Ecosol é uma forma de organização econômica fundamentada na reciprocidade, que é capaz de promover viabilidade socioeconômica de produtores rurais, pescadores, indígenas e quilombolas e, consequentemente, dinamizar o desenvolvimento local. Para isso, há a necessidade da construção de redes sociotécnicas que tenham o extensionista como um ator que disponibiliza assessoria técnica, mas também apoia, estimula e promove as alianças necessárias entre os diferentes atores para viabilizar a rede.

Aprender os princípios e as oportunidades da Ecosol e da construção das redes sociotécnicas faz-se necessário para todos os extensionistas. Dessa forma, terão conhecimento dos fatores de sucesso dos projetos que já desenvolveram, assim como daqueles que determinaram eventuais insucessos. Além disso, estarão mais preparados para a obtenção de resultados positivos. A difusão pura e simples de tecnologia não promove desenvolvimento sustentável. A difusão representa uma tecnologia em busca de clientes. A construção de redes sociotécnicas são os atores que inovam com a escolha e transformação das informações técnicas e organizacionais de acordo com o conhecimento que já possuem e não pode ser ignorado.

A construção de redes é o caminho mais difícil, se comparado ao difusionismo, mas é o único capaz de garantir capacidade de superação dos desafios. Essa capacidade é o que determina a sustentabilidade dos EES e deve ser permanentemente fortalecida, pois não existe sustentabilidade constante e definitiva. A ligação da extensão rural com EES, ancorados em redes sociotécnicas, mostra-se como um promissor caminho para a promoção do desenvolvimento local integrado e sustentável. ■



Qualidade e reconhecimento estão presentes entre os departamentos e as ações da CATI

Cleusa Pinheiro – Jornalista – Centro de Comunicação Rural (Cecor/CATI) – cleusa@cati.sp.gov.br

Juliana Montoya – Jornalista – Centro de Comunicação Rural (Cecor/CATI) – juliana.montoya@cati.sp.gov.br

A Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), órgão da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA) do Estado de São Paulo, é tradicionalmente conhecida dentro e fora do campo por sua missão de “Promover o desenvolvimento rural sustentável por meio de programas e ações participativas, com envolvimento da comunidade, de entidades parceiras e de todos os segmentos dos negócios agrícolas”. Agora o que realmente isso significa em seu trabalho de extensão rural, realizado em quase todos os municípios paulistas, torna-se mais visível se verificado com quem é atendido diariamente pela instituição ou até mesmo pelos extensionistas que atuam diretamente com os produtores rurais.

Os programas que a CATI desenvolve fomentam e fortalecem o setor agrícola, com ações que, além de contar com a parceria dos demais órgãos da SAA e do setor privado, focam esforços também na recuperação de áreas degradadas e nas principais cadeias produtivas paulistas: aquicultura, bovinocultura de leite, bovinocultura de corte, cafeicultura, fruticultura, heveicultura e olericultura. São muitos os exemplos de agricultores atendidos pela CATI, consolidados no mercado e satisfeitos com seus resultados. Edson e Emerson Cogo, proprietários do Sítio São José, em Campinas, dão sequência à tradição familiar no campo e produzem frutas como goiaba, pêssego, seriguela, além de outras culturas como abobrinha, quiabo e feijão. A orientação dos extensionistas da CATI já faz

parte da rotina de trabalho da família há 23 anos. “A ajuda que recebemos dos técnicos é muito importante, tanto que a CATI transformou-se em uma referência para o desenvolvimento das nossas atividades”, afirmou Edson.

Além dos diversos projetos, as Casas da Agricultura (CAs) buscam garantir o acesso dos produtores rurais às políticas públicas e levantam questões como reordenamento do uso do solo; aplicação de um plano de recursos hídricos; intensificação da educação ambiental em todos os níveis de conhecimento e não somente na educação infantil; realização de mais projetos de adequação ambiental nas propriedades rurais; difusão de tecnologias que funcionem para melhorias ambientais entre os agricultores, entre outras medidas que evitam a escassez de água e degradação do solo. Mas, para que essas ações obtenham os resultados esperados, várias capacitações são aplicadas tanto aos técnicos quanto aos próprios produtores rurais. “A nossa preocupação é a de poder capacitar o nosso técnico para que ele possa avaliar como o produtor rural vem aplicando o seu trabalho e de que maneira é possível ajudá-lo a melhorar o que já vem sendo feito. Um bom exemplo disso foi a capacitação oferecida aos técnicos no começo deste ano, na CATI Regional Bragança Paulista, sobre técnicas de irrigação, principalmente em tempos de crise hídrica, quando a necessidade de se trabalhar de forma eficiente e com economia de água foi fundamental para evitar maio-

res transtornos à agricultura paulista ao longo de 2015”, explica José Carlos Rossetti, coordenador da CATI.

A engenheira agrônoma Antonieta Fiori, responsável pela CA de Elias Fausto, pertencente à área de atuação da CATI Regional Mogi Mirim, acompanhou e recebeu várias capacitações pela CATI e reconhece a importância desse tipo de treinamento para o seu desempenho como extensionista. “Penso que a capacitação é importante porque permite a reciclagem de conhecimentos, e o acesso a novas tecnologias e saberes. Com o universo digital, é possível ter o rápido acesso à informação por meio de buscas na internet e pela realização de cursos à distância, que são ótimas ferramentas. Mas, somente a capacitação presencial, permite a interação social entre os técnicos, o que gera, além da informação, o relato de experiências, troca de ideias e maiores questionamentos”.

Por meio da CATI, também é possível obter informações e materiais sobre a produção e comercialização de sementes e mudas. O técnico do Núcleo de Produção de Sementes de Pederneiras, área do Departamento de Sementes, Mudanças e Matrizes da CATI (DSMM/CATI), Romão Berbel Júnior, destaca alguns dos principais interesses do público atendido pelo Departamento. “A maior parte das pessoas que nos procuram são os agricultores familiares e o maior interesse é pelas mudas de frutas, que são certificadas, e também pelas árvores nativas destinadas à recuperação florestal. E mesmo quem não é agricultor, fica impressionado com a nossa variedade de mudas frutíferas nativas e sempre acaba levando alguma para plantar em seu quintal”, afirma o técnico. Como foi o caso do produtor de pupunha e lichia, Adan Rodrigo, de Eldorado, que por meio da recomendação dos técnicos da Casa da Agricultura de sua cidade, buscou novas opções de plantio e voltou satisfeito com sua escolha. “O DSMM oferece espécies que podem ser cultivadas mesmo em diferentes regiões do Estado e eu encontrei um tipo de castanha que vou fazer questão de acrescentar no meu pomar, para variar ainda mais a minha produção”.

O Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Microbacias II – Acesso ao Mercado é um dos importantes projetos executados pela CATI, em parceria com a Secretaria do Meio Ambiente (SMA), por meio da Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais (CBRN) e financiado pelo Banco Mundial, cujo objetivo é promover o desenvolvimento rural sustentável e a competitividade, com propostas que visam o aumento nas oportunidades de emprego e renda para agricultores familiares, organizados em grupos formais. Quem já foi contemplado ressalta a qualidade do atendimento prestado pela CATI. A Cooperativa



Agrícola dos Produtores de Vinho de Jundiaí (AVA) conseguiu ser beneficiada no projeto de um envase móvel de vinho, uma proposta inédita no País. “Por meio do Microbacias II, nós conseguimos viabilizar um projeto que vai facilitar a vida do viticultor e melhorar, conseqüentemente, a qualidade do vinho envasado. O apoio da CATI foi fundamental em todos os sentidos, desde o incentivo à inscrição do projeto; na organização da documentação necessária; quando recebemos a capacitação; até a concretização desse sonho”, conta orgulhosa a presidente da AVA, Solange Paolini Sgarioni.

Em suas participações e apoios em grandes feiras e eventos, como a Agrishow (Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação) e a Agrifam (Feira de Agricultura Familiar), realizadas anualmente, a CATI também oferece um atendimento especial por meio de seus estandes que agradam não somente os agricultores, como o público em geral. Além das informações e orientações aplicadas por cada departamento da instituição, os visitantes têm a oportunidade de conhecer toda a linha de publicações técnicas e instruções práticas sobre o setor agropecuário. São mais de 60 títulos entre boletins e manuais técnicos disponíveis para a venda, além de outros materiais impressos como folderes, volantes, as revistas Casa da Agricultura, receitas, todos produzidos pela instituição e oferecidos gratuitamente durante as Feiras. O produtor de hortaliças e leite de São José do Rio Preto, Hercílio Alves da Silva, é atendido pela CATI há muitos anos e, na Agrifam, aproveitou para se informar sobre novos tipos de plantio. “É muito importante poder contar com esse apoio dos técnicos da CATI também nas feiras. Nós aproveitamos para tirar as dúvidas, pegamos mais algumas publicações e voltamos satisfeitos com o atendimento que sempre é muito bem feito”, aponta o produtor.

Resgate cultural

Além da variedade de mudas e de preservar a tradição caipira no campo, por meio do DSMM, a CATI promoveu também o resgate da cultura indígena. Por intermédio de uma parceria com a Fundação Nacional do Índio (Funai) foi possível reproduzir as sementes do milho preto, que estavam praticamente extintas entre os remanescentes do grupo Kaingang, localizados na aldeia Vanuíre, em Tupã; na aldeia de Icatu, na cidade de Braúna; e também na aldeia Tamarana, no Paraná – onde atualmente se concentram cerca de 1.700 índios da etnia Kaingang. “Foi um resgate da cultura indígena por meio do alimento, que é sagrado para eles. E o grande diferencial é que esse trabalho executado pelo Núcleo de Produção de Sementes de Ataliba Leonel faz com que as sementes genéticas sejam tratadas de forma isolada, para garantir a sua identidade desde a origem”, explica João Paulo Whitaker, diretor do Centro de Produção de Sementes, que congrega os 15 Núcleos de Produção de Sementes da CATI (CPS/DSMM/CATI).

Ilda Kené Humbelino, remanescente do grupo indígena Kaingang e nascida na aldeia Vanuíre, hoje mora na Terra Indígena Araribá, localizada na cidade de Avaí e foi a grande responsável por essa iniciativa. Ao perceber que o cultivo do milho preto havia desaparecido em sua região, arrumou algumas sementes que ela mesma cultivou para serem multiplicadas por meio do núcleo especializado da CATI. “Já não tinha mais essa semente em nossa região e, por isso, eu resolvi procurá-la em outro lugar bem mais distante onde vive um sobrinho meu. Com esse apoio que tivemos da Funai e da CATI, para multiplicar as sementes, agora eu vou retomar e abastecer a produção da minha família e de toda a aldeia”, contou Ilda. ■



Estrutura da CATI

A CATI está estruturada em 40 Regionais, 594 Casas da Agricultura e nos 21 Núcleos de Produção de Sementes e Mudanças distribuídos em todo o território paulista. Na sua sede, em Campinas, estão as unidades departamentais essenciais no desenvolvimento de suas ações:

- **Departamento de Sementes Mudanças e Matrizes (DSMM)**, responsável pela produção e comercialização de sementes e mudas, presta serviços de acompanhamento da produção, armazenagem e beneficiamento de grãos e sementes, além de realizar análises físicas, fisiológicas, sanitárias e de qualidade genética das sementes, supervisionando também os laboratórios particulares credenciados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA);
- **Departamento de Comunicação e Treinamento (DCT)**, composto pelo Centro de Comunicação Rural (Cecor), responsável pela edição e publicação de material técnico e informativo; e o Centro de Treinamento (Cetate), responsável pela capacitação do corpo técnico da instituição e pela coordenação das atividades de treinamento e desenvolvimento de produtores rurais;
- **Centro de Informações Agropecuárias (Ciagro)**, responsável pelo gerenciamento da rede de informática da CATI, desenvolvimento de *softwares* para suporte às áreas técnicas e administrativas e a manutenção de Bancos de Dados, incluindo informações de mercado, tecnologias agrícolas e estatísticas agropecuárias, manutenção física da Rede Intragov em Campinas e nas Regionais e configuração de servidores e equipamentos de informática, além de ditar as normas de uso adequado para a segurança da rede. Mantém, ainda, o Serviço de Geoprocessamento, com geração de produtos e serviços destinados, principalmente, à demanda interna da instituição na elaboração de projetos e políticas públicas. Fornece serviços de mapeamento e atendimento às demandas das Unidades Técnicas de Engenharia (UTEs), as quais executam serviços de conservação do solo e engenharia rural;
- **Divisão de Extensão Rural (Dextru)**, atua como suporte técnico metodológico no planejamento e na gestão do conhecimento da CATI na área de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), por meio de assessoria aos seus programas e projetos e do apoio aos extensionistas da rede;
- **Centro Administrativo**, responsável pela administração dos Núcleos de Finanças, Suprimentos e Patrimônio, Atividades Complementares, Pessoal e Infraestrutura.



Cadeias Produtivas:

fortalecimento da agropecuária paulista rumo ao mercado consumidor

Graça D'Auria – Jornalista – Centro de Comunicação Rural (Cecor/CATI) – gdauria@cati.sp.gov.br

Em dezembro de 2015, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo encerrou as atividades em um evento, com a presença do governador Geraldo Alckmin, que reuniu cerca de 900 pessoas no Palácio Bandeirantes. Na platéia, produtores rurais, presidentes de associações e cooperativas, extensionistas da CATI, pesquisadores, professores, membros de Câmaras Setoriais, dirigentes e técnicos de empresas ligadas ao setor agropecuário e a classe política voltada ao setor. Foi o I Encontro das Cadeias Produtivas, que teve o objetivo de valorizar os responsáveis pela assistência técnica e extensão rural e, é claro, aqueles que são atendidos por esses profissionais: o homem do campo, que produz alimentos, gera emprego e renda, exporta, melhora os números da balança comercial. “Em um ano difícil, marcado pela crise, 2015 foi o ano da agricultura e do agronegócio, que garantiram que o País apresentasse melhores resultados”, afirmou Alckmin, que enfatizou o trabalho com todos os setores envolvidos no agronegócio “para que em 2016 seja garantido esse setor fundamental para o Estado e também para toda a economia nacional”.

As palestras do I Encontro de Cadeias Produtivas foram marcadas pela necessidade de se dar maior importância ao trabalho com as associações e cooperativas, fortalecendo-as para que possam ter melhores resultados tecnológicos, financeiros e comerciais; para que a coletividade que trabalha no meio rural não perca de vista a sustentabilidade de suas atividades, trabalhando com respeito ao meio ambiente e à saúde humana, e para que haja mais integração e maior comunicação entre o setor produtivo e outros setores de forma que venham a trabalhar em maior sincronia.

A CATI, o órgão responsável pela extensão rural e assistência técnica no Estado de São Paulo, há vários anos vem se dedicando a fortalecer as associações e cooperativas e a unir grupos levando-os à formalização. “Não há como atender individualmente o produ-

tor rural, dessa forma as políticas públicas são voltadas aos grupos, de maneira a ampliar a nossa atuação e estendê-la ao maior número possível de pessoas, beneficiando toda a comunidade. O setor agropecuário não produz só alimentos, ele gera emprego e renda, protege o meio ambiente, torna o Estado e o País mais competitivo”, afirma José Carlos Rossetti, coordenador da CATI e idealizador do Ateras – Ações de Assistência Técnica e Extensão Rural – ou Projetos CATI, atendendo às principais e mais significativas cadeias produtivas do Estado: bovinocultura de corte e leite, cafeicultura, fruticultura, olericultura, heveicultura e aquíicultura. “O Planejamento Estratégico da instituição faz com que haja interação entre os Projetos Integra SP – voltado à conservação do solo e recuperação de áreas degradadas – aos projetos das cadeias produtivas, que encerram e/ou iniciam um ciclo, com as ações do Projeto Microbasias II – Acesso ao Mercado, que fornece a infraestrutura necessária ao crescimento e à inserção dos produtores familiares no competitivo mercado do agronegócio.

Alguns Projetos, como o CATI Leite, já vêm sendo trabalhados há longo tempo e fecharam 2015 com 1.552 propriedades leiteiras atendidas por 286 casas da Agricultura, estando presente em 37 das 40 CATI Regionais. Para 2016, os planos são mais ambiciosos e procuram por uma melhor gestão da atividade que passará a contar com relatórios contínuos e maior atenção às demandas. “Vamos ouvir o que os laticínios esperam, o que está faltando para que nossos pequenos produtores alcancem a qualidade e eficiência leiteira; vamos verificar quais tecnologias precisam de maior atenção, como a melhoria genética do rebanho e o efeito positivo das inseminações artificiais; vamos estar atentos à alimentação do gado, ao conforto animal e a tudo que faz com que o Projeto CATI Leite, quando bem direcionado, leve o pecuarista a ganhos significativos mesmo em pequenas áreas”, enfatiza José Carlos Rossetti. A gestão do Projeto CATI Leite é



do médico veterinário Carlos Pagani Neto que reuniu, também no mês de dezembro, 18 técnicos para uma reunião de trabalho. Eles atuam, via CATI Regionais, em todo o Estado junto aos extensionistas das Casas da Agricultura que são os responsáveis diretos pela implantação e divulgação do Projeto entre os produtores rurais.

Como mais antigo entre os Projetos Ateras, o CATI Leite inspirou o CATI Café, hoje CATI Cafeicultura, que teve início na região de Franca, pregando os mesmos princípios de gestão e planejamento da propriedade empregados no CATI Leite. A região é forte nas duas cadeias, tanto a cafeicultura como a pecuária leiteira são bastante significativas com muitos produtores tendo as duas atividades na mesma propriedade. “No caso da cafeicultura, incentivamos práticas como o controle do mato nas entrelinhas, deixando livre apenas a saia do cafeeiro, pois a prática ajuda a conter a erosão e as podas auxiliam no revigoramento e na reforma dos cafezais”, explica o engenheiro agrônomo Pedro Avelar, diretor da CATI Regional Franca. Como em todas as cadeias, há um incentivo às Boas Práticas Agropecuárias nas capacitações oferecidas pela instituição. Atualmente, 60 municípios de 16 CATI Regionais têm o Projeto Cafeicultura implantado.

A heveicultura também é outra cadeia que vem se destacando pelo trabalho de extensão executado junto aos sangradores. “Sentimos que a maior demanda era pela capacitação de novos sangradores, principalmente em áreas onde o plantio de seringueira foi se tornando uma cultura de destaque, como o noroeste paulista. A sangria é uma operação que requer uma mão de obra especializada para que as árvores tenham uma vida útil mais longa”, explica o engenheiro agrônomo Carlos Alberto de Luca, diretor da CATI Regional Votuporanga e membro da Comissão de Heveicultura da

SAA. Foram treinados em quatro anos 1.918 novos sangradores para atender aos plantios de seringueira que se estendem pelo Estado de São Paulo, que já é o maior produtor de borracha natural do País. “Além disso, em todas as Regionais onde a seringueira vem sendo cultivada, foram realizadas capacitações em Boas Práticas Agropecuárias”, frisa De Luca.

No centro-oeste do Estado, a Terra Indígena Araribá também viu na heveicultura uma alternativa de renda para as famílias. Um viveiro para produção de mudas foi implantado em 2013 e várias capacitações foram organizadas pela CATI Regional Bauru. “São quatro aldeias na região e a maioria vive de culturas perenes. A ideia foi incentivar o plantio de árvores para as gerações futuras e oferecer uma alternativa de renda que possa mantê-los”, explica o engenheiro agrônomo Johannes Peter Feldenheimer, diretor da CATI Regional Bauru.

O Projeto Integra SP, que prega o sistema de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF), tem o objetivo maior de controlar a erosão e recuperar áreas degradadas. Com a integração, é possível obter melhores áreas para pasto e obter renda em duas atividades, por exemplo, como Lavoura-Pecuária ou Pecuária-Floresta, ou até mesmo as três atividades. Com o pasto entre áreas de eucalipto, o que tem sido muito comum, possibilita-se o conforto maior ao animal que pasta à sombra enquanto as árvores vão crescendo. O pasto contém a erosão e recupera o solo com maior infiltração da água para os lençóis freáticos. Em áreas montanhosas, o Integra SP também tem mostrado vários resultados com a sobressemeadura em área de pastagens degradada, recuperação de voçorocas e o retorno a uma terra produtiva. Com uma linha de financiamento própria, o Integra SP – Recuperação de Áreas Degradadas (Radge), oferece





um incentivo a que os produtores rurais promovam ações de conservação do solo, tornando-o apto à instalação de diversas culturas. Lembrando que áreas degradadas podem, ainda, ser alvo de autuações e multas pelos fiscais da Coordenadoria de Defesa Agropecuária, órgão da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA).

O engenheiro agrônomo Mário Ivo Drugowich, diretor do Centro de Informações Agropecuárias, especialista na área, preparou um material que está à disposição dos extensionistas da CATI e interessados sobre o tema. O Manual Técnico n.º 81 “Boas Práticas em Conservação do Solo e da Água”, coordenado por Mário Ivo e escrito com a colaboração dos integrantes da Comissão Técnica de Conservação do Solo, foi editado pelo Centro de Comunicação Rural (Cecor/CATI). “Esse Projeto está sendo uma vitrine de práticas integradas de conservação do solo para os produtores e de capacitação para os técnicos extensionistas, pois traz na sua essência a filosofia de trabalhar todo o entorno da propriedade e não apenas combater uma erosão pontual”, afirma Mário Ivo.

Outro Projeto que vem se somar ao Integra SP é o Projeto Bovinocultura de Corte. Muitos produtores já estão se beneficiando de ações propostas pelo Projeto, como promover a integração pecuária-floresta e/ou lavoura-pecuária, ou seja, o mesmo espaço com dupla finalidade e com possibilidade de renda dupla. Além do ganho em conforto animal, pela sombra causada pelas árvores, como é o caso de eucaliptos sobre pastagem de braquiária, a tecnologia promove a conservação e o enriquecimento do solo. Outras áreas estão usando o plantio de soja sobre a pastagem dessecada, em rotação, com ganhos em produtividade devido ao sistema de Plantio Direto na Palha (PDP) utilizado. Além da dupla finalidade, com possibilidade de obtenção de dupla renda, o aspecto conservacionista do Projeto, com a

recuperação de áreas; o maior sequestro de carbono propiciado pelo cultivo de forrageiras; a racionalização da água, proporcionada por um adequado manejo do rebanho; assim como a melhoria dos índices zootécnicos do rebanho, são algumas das propostas que estão sendo divulgadas na capacitação de extensionistas e produtores rurais.

A degradação de pastagens é um dos grandes entraves da pecuária brasileira. No Estado de São Paulo, estima-se que 60% das pastagens já apresentam alguns casos de degradação e outros 20% estão em estágio bastante avançado de degradação. A CATI tem atuado na capacitação de técnicos e produtores rurais e, também, com implantação de Unidades Demonstrativas (UDs) e Unidades de Adaptação de Tecnologia (UATs) onde são aplicadas tecnologias de recuperação/renovação de pastagens. “É evidente que no processo de degradação das pastagens ocorre uma queda na capacidade de suporte animal por área e, consequentemente, baixa lotação e queda na produtividade da atividade com prejuízos aos produtores. Existem várias tecnologias que podem ser aplicadas, dependendo de cada caso, o Sistema ILPF é, sem dúvida, a mais moderna e sustentável, porém existem outras”, explica o médico veterinário Sidney Ezídio Martins, diretor da CATI Regional General Salgado e gestor do Projeto Bovinocultura de Corte.



A aquicultura, principalmente via criação de peixes em tanques-rede, a despeito da seca que atingiu o Estado nos dois últimos anos, teve a adesão de mais 50 municípios e vem crescendo em torno de 20% ao ano. “A Comissão de Aquicultura trabalhou no levantamento de dados das aquiculturas do Estado de São Paulo; é o primeiro levantamento deste gênero e com ele poderemos verificar os gargalos e planejar as ações

do Projeto Aquicultura”, afirma o engenheiro agrônomo Fernando Jesus do Carmo, da CATI Regional Jales, responsável pelo Projeto CATI Aquicultura. Também nessa cadeia produtiva o estado de São Paulo se sobressai no País.

Os Projetos CATI Fruticultura e CATI Olericultura foram, junto com o Projeto Bovinocultura de Leite, os que mais se destacaram, equivalendo, juntos a 69% dos projetos cadastrados, os quais atingiram a marca de 1.106 Projetos CATI no ano de 2015, sendo 929 executados por Casas da Agricultura e 177 diretamente pelas Regionais CATI. Esse fato comprova a importância dessas duas cadeias e o impulso que tiveram a partir das políticas públicas de aquisição de alimentos, como o Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social (PPAIS), Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

“O objetivo do Projeto CATI Fruticultura foi organizar a cadeia, fortalecer as associações, capacitar os produtores em Boas Práticas Agropecuárias. Cada vez mais é preciso que os produtores estejam atentos às questões ambientais e à oferta de produtos mais saudáveis. É preciso se adequar a essas exigências e tornar a atividade sustentável dos pontos de vista social, econômico e ambiental. As capacitações oferecidas pela CATI, voltadas tanto aos técnicos quanto aos produtores têm sido neste sentido”, afirma o engenheiro agrônomo José Augusto Maiorano, diretor da CATI Regional Campinas, que congrega importantes cidades do Circuito das Frutas. O Projeto CATI Fruticultura tem atuação em 31 das 40 Regionais CATI.

Já a olericultura deixou de ser praticada apenas nas regiões próximas dos grandes centros urbanos para se tornar presente em todas as regiões do Estado. “A olericultura teve um impulso muito grande com as políticas públicas de aquisição de alimentos. Outro fator que vem contribuindo para esta maior demanda, tanto de olerícolas produzidas de forma tradicional como as de cultivo orgânico, é a mudança de hábitos de consumo da população, cada vez mais atenta a uma alimentação saudável. O Projeto Microbacias II também ajudou a alavancar a cadeia produtiva. Por meio das Propostas de Negócio, foram adquiridos pelas associações e cooperativas máquinas e equipamentos para processamento mínimo, construídos *packing*



houses, adquiridos veículos para transporte de produtos e os olericultores, principalmente, agricultores familiares, tiveram a oportunidade de oferecer produtos de qualidade, conquistar novos mercados, estar em pé de igualdade com grandes produtores de olerícolas. Foi uma mudança substancial na vida desses produtores rurais”, argumenta o engenheiro agrônomo Gilberto Figueiredo, especialista no tema olericultura e gestor do Projeto CATI Olericultura.

Desde que a CATI passou a trabalhar mais diretamente com grupos formais, por meio de suas associações e cooperativas, foi possível atingir um número maior de produtores rurais, principalmente os agricultores familiares que têm uma atenção destacada da instituição porque são essencialmente eles os grandes responsáveis pela produção de alimentos. “Quando os agricultores familiares são atendidos pela extensão rural nosso trabalho se amplia porque estamos provocando a mudança na vida de centenas de famílias, que tiram seu sustento do campo onde fazem aquilo que sabem e gostam de fazer; estamos, ainda, reduzindo a evasão do campo para as cidades; estamos trabalhando não apenas com tecnologia, mas com questões que abrangem mudanças sociais, econômicas e ambientais, pois todos estes conceitos são trabalhados pela extensão rural”, afirma José Carlos Rossetti. Este ano de 2015, a CATI completou 48 anos, quase meio século fazendo a história da extensão rural no Estado de São Paulo. ■

*Colaborou a jornalista Juliana Montoya, do Centro de Comunicação Rural (Cecor/CATI) – juliana.montoya@cati.sp.gov.br





Projeto Microbacias II: extensão rural para o acesso ao mercado

Graça D'Auria – Jornalista – Centro de Comunicação Rural (Cecor/CATI) – gdauria@cati.sp.gov.br

Nos dois últimos anos, 2014 e 2015, a CATI organizou Fóruns anuais para repassar os números, discutir os avanços, ouvir sugestões de melhorias e divulgar os resultados obtidos pelo Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS) – Microbacias II – Acesso ao Mercado. Foram convocados diretores, técnicos das 40 Regionais CATI e responsáveis pelas Casas da Agricultura, que juntaram-se aos convidados especiais: produtores rurais organizados em associações e cooperativas. Durante os eventos, esses produtores tiveram a oportunidade de falar sobre as experiências pelas quais passaram, comentar os passos, as dificuldades encontradas, os aprendizados e o que os motivaram. Falaram sobre o papel fundamental dos extensionistas em cada caso apresentado e como eles os ajudaram a se organizar para atender às Chamadas Públicas, declarar as Manifestações de Interesse e apresentar as Propostas de Iniciativa de Negócio pretendidas. Discutiram, ainda, com os técnicos as formas possíveis de pagamento da contrapartida de 30% sobre o total do empreendimento, exigida no caso dos produtores rurais e assentados, e de 1%, no caso de integrantes de comunidades quilombolas e indígenas, e alguns aproveitaram o financiamento do Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (Feap), usufruindo mais uma vez da orientação dos extensionistas da CATI.

Até o primeiro Fórum, em setembro de 2014, haviam sido aprovadas 156 Propostas, beneficiando as mais variadas cadeias produtivas do agronegócio. Em julho de 2015, com a boa notícia da ampliação do pra-

zo de execução do Projeto Microbacias II para 2017, foi possível realizar a quinta e a sexta Chamadas Públicas. “Era preciso primeiro uni-los e fortalecê-los e, a seguir, em um projeto pioneiro, oferecer subsídios para que pudessem se inserir no mercado. O governo estadual ajudou-os a obter a infraestrutura necessária para isso, e o trabalho de extensão rural foi fundamental para que alcançassem esse objetivo”, conta o coordenador, engenheiro agrônomo José Carlos Rossetti, que esteve à frente da CATI nas duas ocasiões.

“Após as primeiras cinco Chamadas, 205 Propostas de Negócio já foram ou estão sendo apoiadas no processo de implantação, beneficiando as mais variadas cadeias produtivas do agronegócio”, frisa João Brunelli Junior, gerente técnico do Projeto Microbacias II. Já as Manifestações de Interesse da sexta e última Chamada devem resultar em mais 150 Propostas de Iniciativa de Negócio, que estão sendo analisadas pela comissão de avaliação do PDRS – Microbacias II – Acesso ao Mercado.

Além das Propostas apresentadas por grupos formais de produtores rurais, compostos em sua maioria por agricultores familiares, o PDRS – Microbacias II – Acesso ao Mercado também atende salvaguardas sociais inserindo as comunidades tradicionais, grupos indígenas e quilombolas, que apresentaram 13 projetos comunitários. Para esses grupos, a subvenção é de 99% do valor total de suas Propostas, com teto máximo de apoio de R\$ 198 mil para cada grupo. Os projetos comunitários visam a segurança alimentar, a inserção no mercado, o incentivo ao turismo, entre



outros, e estão permitindo a esses grupos maior inclusão e participação social e econômica em suas regiões, como pode ser conferido na reportagem “Ater para populações tradicionais: um trabalho diferenciado”, na página 42 desta edição.

Todo este trabalho diferenciado de extensão começou em 2000, com o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMH) e o fortalecimento das associações. Muitas nasceram no rastro do PEMH, incentivadas pelos extensionistas que fizeram centenas de diagnósticos participativos levantando os problemas e as fortalezas de cada grupo. Em seguida, elas ganharam infraestrutura para darem seguimento às suas ações. “A extensão rural paulista foi mudando ao longo do tempo e se adequando à nova realidade. Já não era mais possível atender individualmente cada propriedade ou problema isolado e o extensionista da CATI não só se adaptou, mas aprendeu, em um processo de interação com os produtores, sobre as diferenças locais e regionais e, sobretudo, aprendeu a valorizar o que era importante para aquele grupo específico e passou a dar o suporte necessário. Não havia mais um programa estadual a ser lançado e seguido, mas o governo do estado passou a financiar as escolhas dos produtores e a tornar possível o sonho de crescerem e ganharem independência”, diz Rosetti.

Ao PEMH, se seguiu o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS) – Microbacias II – Acesso ao Mercado, que manteve a mesma forma de atuação: dar suporte às decisões dos grupos formais. O apoio oferecido pelo Projeto está permitindo que as associações e cooperativas implantem ou melhorem a estrutura física de seus empreendimentos e adquiram máquinas e equipamentos diversos para recepção, limpeza, classificação, embalagem e armazenamento e transporte de produtos da agricultura familiar em especial, até aos clientes. Além destes, vem permitindo outros benefícios que alavancam a produção e a conquista de novos nichos de mercado, somados àqueles proporcionados pelas políticas públicas de compra de alimentos da agricultura familiar.

São vários os projetos, as conquistas e a mudança de vida proporcionada e os extensionistas são os atores principais nesse processo, envolvendo-se desde a capacitação dos produtores em adotar Boas Práticas Agropecuárias até a montagem de infraestrutura para comercialização da produção. Durante o último Fórum, em setembro de 2015, foi o momento de conferir alguns exemplos de projetos que tiveram o acompanhamento do extensionista durante todo o processo.

Cooperativa dos Produtores do Circuito das Águas (antiga Cooperativa dos Produtores de Chuchu de Amparo – Coopcham) – Amparo CATI Regional Bragança Paulista

Beneficiários: 34.

Cadeia produtiva: Olericultura.

Empreendimento: ampliação do *packing house*; aquisição de estrutura de processamento mínimo de vegetais; aquisição de utilitário.

Valor Projeto: R\$ 1.137.491,00.

Valor apoiado: R\$ 796.243,70.

Contrapartida: R\$ 341.247,30.

“Ao percebermos a demanda por produtos processados, desenvolvemos um Plano de Negócio voltado à aquisição de equipamentos e máquinas para a implantação de uma agroindústria para processamento mínimo de vegetais. Além de agregar valor aos produtos, pois já não temos apenas o chuchu, o Projeto englobou outros municípios da região e gerou emprego para os familiares dos produtores”, aponta Valéria Gerbi, gerente da Cooperativa.

O extensionista que acompanhou todo o processo até a finalização da Proposta e o encaminhamento das ações foi o engenheiro agrônomo Ricardo Moncorvo Tonet, responsável pela Casa da Agricultura de Amparo. Estiveram juntos desde o início quando o nome adotado era Cooperativa dos Produtores de Chuchu de Amparo e até a escolha da nova logomarca teve a participação do técnico. “Tenho muito orgulho desse trabalho, pois é esse tipo de ação, bem próxima do produtor, que faz de mim um extensionista. Eles trabalharam duro para conseguir atingir seus objetivos, mas chegaram lá e, para mim, a sensação é de ter chegado também”, diz Ricardo Moncorvo.

Associação dos Produtores Rurais, Industriais e Moradores do Município de São João do Pau d'Alho (Aprimor) – São João do Pau d'Alho CATI Regional Dracena

Beneficiários: 109.

Cadeia produtiva: Urucum.

Empreendimento: compra de máquina para colheita e pré-beneficiamento de urucum, proporcionando redução do custo de mão de obra e melhoria da qualidade do produto.

Valor Projeto: R\$ 364.000,00.

Valor apoiado: R\$ 254.800,00.

Contrapartida: R\$ 109.200,00.

"Com a máquina, reduzimos a mão de obra e com isso 70% dos custos; hoje um tratorista e o produtor conseguem realizar o trabalho duro que precisava de um balaio e seis pessoas, isso sem falar na melhoria da qualidade do produto. Temos o melhor urucum do País, produzido pela agricultura familiar; precisávamos melhorar as nossas condições de vida e reduzir os custos para poder crescer", destaca José Vilar, presidente da Aprimor.

O extensionista responsável não é dos quadros da CATI, mas da Prefeitura, grande parceira neste empreendimento. Foi a determinação do responsável pelo Projeto, engenheiro agrônomo Roberto Hissao Arakaki, que permitiu essa mudança tão grande na vida dos produtores de urucum. Para Roberto, foi a perseverança de todos os associados da Aprimor, do apoio do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e dos dois prefeitos, o atual e o anterior, que apoiaram a iniciativa.

"A mecanização para estes produtores familiares era fundamental para garantir a sustentabilidade da atividade, a qual emprega muita mão de obra a um custo de 30% a 35% da produção. É um trabalho pesado, duro e longo e há risco de se perder toda a produção durante o processo. Foi essa realidade que nos levou a ajudá-los a procurar uma indústria de maquinário que se engajasse nessa causa de adaptar uma máquina colheitadeira de grãos para colher o urucum. Levou muito tempo, mas ninguém desistiu, nem os produtores, nem a indústria, nem a Casa da Agricultura, a CATI ou a Prefeitura. Foi uma conquista coletiva e agora já estamos sendo procurados por outros municípios; o urucum é sinônimo de vida nessa região".

Cooperativa Agrícola Sul Brasil de São Miguel Arcanjo – São Miguel Arcanjo CATI Regional Itapetininga

Beneficiários: 39.

Cadeias produtivas: Fruticultura e Olericultura.

Empreendimento: implantação de *packing house* para classificação, embalagem, armazenamento e transporte.

Valor Projeto: R\$ 1.158.120,38.

Valor apoiado: R\$ 800.000,00.

Contrapartida: R\$ 358.120,38.

"Com o objetivo de competir com mais força no mercado, com qualidade e padronização e, desta forma, conseguir preços mais justos aos cooperados, decidimos participar do Microbacias II. Construímos um *packing house*, compramos caminhão e máquinas. Este Projeto é um marco de uma nova fase dos cooperados", ressalta Francisco Yamashita, ex-presidente da Cooperativa Agrícola Sul Brasil. Atualmente a Sul Brasil é presidida por Roberto Furuya que está dando sequência às ações.

O engenheiro agrônomo Átila Queiroz de Moura acompanhou todos os passos da Cooperativa Sul Brasil e comemorou cada conquista, cada apoio re-

cebido. "É o primeiro registro no município de um grande investimento destinado aos agricultores familiares e suas entidades representativas, visando estruturar a comercialização de forma coletiva, com ganhos de qualidade, escala, profissionalismo, agregação de valor, diminuição dos riscos, aumento da renda e geração de emprego. Essa conquista inédita é fruto da organização dos produtores e das políticas públicas estabelecidas, que são comprometidas com o desenvolvimento rural sustentável e deve ser comemorada por toda a comunidade. É o que eu faço como extensionista da CATI: comemoro com todos da Cooperativa Sul Brasil esta conquista", confirma Átila.

Cooperativa dos Agropecuaristas Solidários de Itápolis e Região (Coagrosol) – Itápolis CATI Regional Jaboticabal

Beneficiários: 28.

Cadeia produtiva: Fruticultura.

Empreendimento: projeto agroindustrial para processamento de frutas tropicais (sucos).

Valor Projeto: R\$ 1.480.000,00.

Valor apoiado: R\$ 800.000,00.

Contrapartida: R\$ 680.000,00.

"Foi um enorme prazer poder participar do Projeto Microbacias II; a Cooperativa existe há 15 anos na produção de sucos e agora pudemos finalmente inaugurar a agroindústria. Celebramos um Projeto que está trazendo grandes resultados para as famílias de muitos agricultores que tinham dificuldade de se manter no campo", conta Reginaldo Vicentim, diretor da Coagrosol.



O extensionista responsável pela Casa da Agricultura, e que esteve junto à Cooperativa durante toda a fase de apre-

sentação da Proposta de Negócio da Coagrosol até a finalização das ações, foi o engenheiro agrônomo Sílvio Carlos Pereira dos Santos. "O Projeto Microbacias estimulou os produtores a empregarem novas tecnologias para aumentar a produtividade de seus pomares. Eles também passaram a se interessar e procurar por outras organizações municipais que atuam no município para incrementar ainda mais a nova agroindústria. É muito bom ver o quanto o Projeto ajudou estas famílias e o salto de qualidade que deram em suas vidas. O otimismo agora é marca registrada da Coagrosol e eu, como extensionista, tenho a satisfação de ter participado dessa mudança", afirma Sílvio.

Associação dos Produtores de Cafés Especiais da Região de Garça – Garça Specialty Coffee Association, "Café com RG" – Garça CATI Regional Marília

Beneficiários: 29.

Cadeia produtiva: Café.

Empreendimento: infraestrutura para beneficiamento e transporte do café; aquisição de classificadora eletrônica de café; melhoria da qualidade do produto.

Valor Projeto: R\$ 725.965,58.

Valor apoiado: R\$ 494.545,91.

Contrapartida: R\$ 231.419,67.

"A escolha da marca 'Café com RG' diz bem sobre a pretensão dos associados: ter um café diferenciado, reconhecido pela qualidade especial, pronto para ser exportado", José Wilson Lopes, associado e presidente da Cooperativa dos Cafeicultores de Garça (Garcafé).

O extensionista responsável por proporcionar esse ganho na qualidade do café de Garça e propiciar ao pequeno cafeicultor que viesse a obter a mesma qualidade de grãos dos grandes produtores foi o engenheiro agrônomo Wanderlei Tavares Dias. "A união dos pequenos produtores foi fundamental porque unidos eles se organizaram, viram o que precisavam para conseguir colher um café com a mesma qualidade dos grandes. A colheitadeira propiciou esse ganho, além de oferecer maior rapidez no processo. Hoje, com mão de obra cara e escassa, o pequeno tem que unir esforços para ter a qualidade necessária para continuar no mercado", afirmou o técnico que há vários anos acompanha os cafeicultores de Garça à frente da Casa da Agricultura.

Cooperativa Agropecuária de Produtos Sustentáveis do Guapiruvu (Cooperagua) – Sete Barras – CATI Regional Registro

Beneficiários: 20.

Cadeias produtivas: Banana.

Empreendimento: construção de duas câmaras climatizadoras para armazenagem da banana; construção de galpão de 300m²; aquisição de caminhão-baú refrigerado para transporte do produto e um utilitário.

Valor Projeto: R\$ 458.900,00.

Valor apoiado: R\$ 321.230,00.

Contrapartida: R\$ 137.670,00.

"Nós tivemos a nossa realidade totalmente transformada por meio do Projeto Microbacias II – Acesso ao Mercado. Tiramos os produtores de condições ilegais, pois precisavam roubar palmito (juçara) para sobreviver. Hoje, por meio dessa oportunidade, temos um palmito legal, o pupunha, e conseguimos buscar apoio para ampliar nossas atividades com uma agroindústria de doces de banana e, principalmente, temos a satisfação de sermos reconhecidos em todo o Estado", conta João Honório de Sousa, coordenador-executivo da Cooperagua.

O extensionista responsável foi o engenheiro agrônomo Sidenei Carlos França, da Casa da Agricultura

de Sete Barras que afirma: "Esse foi um trabalho libertador, a Cooperativa fica em um bairro distante e sujeito à atuação dos intermediários, mas aos poucos os produtores foram se organizando e hoje eles conseguiram essa libertação; saíram do domínio dos intermediários e passaram a acessar o próprio mercado".

Confira os números do Projeto Microbacias II – Acesso ao Mercado para associações e cooperativas de produtores rurais e para comunidades tradicionais.

- 218 Propostas aprovadas, sendo 113 de associações, 62 de cooperativas, quatro comunidades indígenas, sete comunidades quilombolas. Algumas organizações tiveram mais de uma Proposta aprovada.

- R\$ 128.072.520,31, sendo R\$ 85.633.740,02 apoiados pelo governo estadual, com recursos próprios e de financiamento do Banco Mundial, e contrapartida de R\$ 42.438.780,29, verba levantada pelas associações e cooperativas participantes. ■

*Colaborou a jornalista Juliana Montoya, do Centro de Comunicação Rural (Cecor/CATI) juliana.montoya@cati.sp.gov.br



Ater para populações tradicionais: um trabalho diferenciado

Cleusa Pinheiro – Jornalista – Centro de Comunicação Rural (Cecor/CATI) – cleusa@cati.sp.gov.br

O decreto do governo federal, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, define essa população como grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos adquiridos empiricamente.

Segundo Abelardo Gonçalves Pinto, engenheiro agrônomo da Divisão de Extensão Rural da CATI e responsável pelo componente de Salvaguardas Sociais do Projeto Microbacias II, que engloba as ações com essas comunidades, os povos tradicionais do Estado de São Paulo são pouco conhecidos pela maioria das pessoas. “Somente no meio rural existem 46 aldeias indígenas abrigando cerca de mil famílias das etnias Guarani, Tupi, Terena, Krenak e Kaingang. No perímetro urbano da cidade de São Paulo vivem mais de 50 mil indígenas de diferentes etnias. Em todo o Brasil existem 225 povos indígenas, falando 190 línguas, que são um patrimônio cultural de valor inestimável. As comunidades quilombolas paulistas são constituídas por cerca de 1.700 famílias, vivendo em 58 quilombos, dos quais 33 possuem reconhecimento oficial”, informando que a categoria “povos tradicionais” também abriga as populações caiçaras, ribeirinhas, extrativistas, de pescadores artesanais e outras.

De acordo com estudiosos, num mundo em que os valores predominantes são o consumo, o individualismo e a competição, os povos tradicionais são detentores de reservas de possibilidade histórica para reinventar o mundo e reinventar-se no mundo. Seu modo simples de viver e sua relação não predatória com a natureza são referenciais importantes na busca do desenvolvimento rural sustentável. Do ponto de vista econômico, embora existam diferentes graus de inserção no mercado, uma grande parte das comunidades estão incluídas na categoria de agricultura familiar, de acordo com a legislação em vigor.

A CATI iniciou o trabalho com as comunidades tradicionais, especificamente indígenas e quilombolas,

em 2008, por meio de consultas públicas do Projeto Microbacias II. “O atendimento a essas comunidades cumpre a política de Salvaguardas Sociais do Banco Mundial, que busca garantir a igualdade de direitos dos povos tradicionais nos projetos que financia”, explica o coordenador da CATI, José Carlos Rossetti.

Diante desse novo aspecto de trabalho para a instituição, o trabalho de Assistência Técnica e Extensão Rural também teve que ser adaptado a esse novo público, o qual tem características diferenciadas do público tradicionalmente atendido, que são os agricultores familiares. A seguir, o exemplo de extensionistas que agregaram novas formas de trabalho, no dia a dia de suas Regionais e Casas da Agricultura.

Comunidades quilombolas e indígenas – entendimento de Ater para o Vale do Ribeira



Associação do Quilombo São Pedro recebeu caminhão pelo Microbacias II, para expandir a comercialização de pupunha.

Antônio Eduardo Sodrzeiski (Mamute), diretor da CATI Regional Registro, contabiliza em suas Casas da Agricultura um trabalho de extensão rural para mais de 30 comunidades quilombolas e indígenas. Engenheiro agrônomo com atuação há anos junto a essas comunidades, relata a experiência das ações da CATI no Vale do Ribeira, região onde a produção agrícola, a conservação ambiental e manutenção de culturas seculares andam de “braços dados” com as principais fontes de renda desses agricultores. “Apesar de a atuação direta da CATI com essas populações ter se iniciado com o desenvolvimento do Projeto Microbacias II, a minha experiência aqui vem de longe, desde quando eu trabalhava na Casa da Agricultura de Iporanga, onde os agricultores fami-

liares são, em sua maioria, quilombolas. É fato que a questão de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) para populações tradicionais sempre gerou discussão e posicionamentos diversos, muitas vezes opostos, de como trabalhar com elas. É também evidente que cada grupo de profissionais – antropólogos, biólogos, agrônomos, assistentes sociais e tantos outros –, que acabam trabalhando com essas populações, possuem visões diferentes sobre como agir, existindo uma tendência em muitos profissionais de adotarem postura “paternalista” em relação ao grupo que desenvolve o trabalho. Não discuto se essa postura é a mais correta ou não, em certos momentos são benéficas as ações de caráter mais “paternalista”, sempre em concordância com a comunidade, pois os técnicos acabam agilizando certos procedimentos, têm mais familiaridade com planilhas, documentos, cartórios, atas, que em certos momentos são necessários na formalização de convênios e cumprimento de prazos; porém, por outro lado, a comunidade não pode ficar à margem do conhecimento e ficar na dependência de quem faça, por isso acompanhamos a comunidade e fazemos capacitações em gestão, ação mais emancipadora”.

O agrônomo lembra também que alguns pesquisadores e estudiosos querem estabelecer procedimentos únicos para o trabalho de Ater. “Alguns dizem: para trabalhar com indígenas tem de ser assim, fazer isso ou aquilo. Porém, o que observamos na prática é que essas comunidades, em maior ou menor grau, são diferentes entre si e extremamente diversificadas internamente, portanto é impossível estabelecer padrões de atendimento de Ater para indígenas de forma igual aos quilombolas e/ou caiçaras. Um exemplo: entre os indígenas, a Ater para uma comunidade de etnia Guarani, pois as dinâmicas e relações econômicas-sociais-culturais são completamente diversas. Os terrenos têm a agricultura como inerente à sua cultura; já os guaranis são nômades e basicamente extrativistas. Portanto as abordagens de Ater devem se adequar conforme a situação se apresenta”.

Sendo assim, Mamute avalia que é preciso conhecer as comunidades para desenvolver uma Ater consistente, que traga benefícios a todos. Para ele, caiçaras são na essência extrativistas, com demanda de pesquisa em novas tecnologias. “Eles precisam de apoio irrestrito da pesquisa, como é o caso da obtenção das sementes de ostra, para conter o extrativismo”, diz. Quanto aos quilombolas e caboclos, aponta que são subgrupos dentro da agricultura familiar, com diferencial cultural, mas enfrentando as mesmas dificuldades”.

Quanto ao trabalho desenvolvido pela Regional, além das ações de Ater realizadas em parceria com outras entidades como a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp)

e o Instituto de Cooperativismo e Associativismo (ICA), principalmente junto aos quilombolas, que já renderam bons resultados, há várias comunidades com ganhos na geração de renda e emprego. O incentivo à organização rural possibilitou às associações de remanescentes de quilombos acessar políticas públicas de compras institucionais e ingressar no Microbacias II, como foram os casos da Associação do Quilombo São Pedro, do município de Eldorado, que recebeu um caminhão para comercialização da produção de pupunha, a qual foi incentivada como alternativa à extração do palmito juçara; do Quilombo Ivaporunduva, que recebeu um veículo utilitário e um caminhão para a comercialização da produção agrícola de banana, pupunha e olerícolas; e o do Quilombo da Poça, que adquiriu um veículo utilitário e máquinas agrícolas. “Além do investimento em equipamentos para expandir a agropecuária local, também foram alocados recursos para a aquisição de instrumentos e equipamentos para as áreas culturais e recreativas das comunidades”, informa Mamute.

Comunidades indígenas – o exemplo de Avaí



João Pacheco (de chapéu), celebra o fruto do trabalho extensionista com a comunidade da Aldeia Ekeruá.

Para o engenheiro agrônomo João Pacheco de Almeida Prado, da Casa da Agricultura de Duartina, pertencente à CATI Regional Bauru, ser extensionista pode ser traduzido como um técnico que auxilia os produtores a se organizarem, traduzindo as linguagens do conhecimento produzido pela pesquisa, dando ferramentas para que os produtores possam gerir seus negócios ou empreendimentos, com renda para continuar no campo, com qualidade de vida. “Quando trabalhamos com agricultores “tradicionais”, temos um foco definido para ser diagnosticado e trabalhado. Já nas comunidades indígenas, todo conhecimento tem que ser construído, de acordo com a realidade e as tradições de cada uma. Além disso, é preciso formar uma Rede Sociotécnica multidisciplinar para atender às demandas dessas comunidades”, explica João, que há alguns anos diversificou sua atuação como extensionista, para atender à comunidade indígena Ekeruá, de Avaí, município da região, onde ele está responsável pelas ações do Projeto Microbacias II junto às comunidades tradicionais.

O agrônomo relata que o primeiro passo foi ganhar a confiança dos agricultores indígenas, colocando-os como protagonistas da ação a ser desenvolvida, após a identificação da cadeia produtiva que seria trabalhada, no caso a mandioca. “Na discussão do Plano de Etnodesenvolvimento, uma das principais reivindicações foi a geração de uma alternativa de renda para as famílias. Diferente de outras comunidades indígenas do Estado, a aldeia Ekeruá, que congrega 40 famílias terenas, está localizada em uma região de pouca mata preservada e muita produção agropecuária. Eles já plantavam mandioca, mas em pequenas áreas e sem tecnologia. Fizemos um projeto para aumentar a produtividade e agregar valor à produção. Após o aumento da área plantada e da produtividade, que foi feito com a renovação das manivas e com a introdução de novas tecnologias de manejo, o passo seguinte foi investir em mudanças na forma de comercialização”, explica João, que junto com o indianista Henrique Sérgio Bünge, da Fundação Nacional do Índio (Funai), capacitou os interessados para participar do projeto.

Atualmente, a produção oriunda de plantios da aldeia é comercializada com uma cooperativa de agricultores familiares do município de Ubirajara. “Fizemos várias reuniões e, conforme aumentou a adesão ao 'grupo da mandioca', o entusiasmo cresceu junto com a criatividade. Com a aprovação de um projeto comunitário pelo Microbacias II, principal conquista da comunidade indígena de Avaí, foram gerados projetos de curto, médio e longo prazos. A curto prazo, foi realizada a construção de um barracão de multiuso para processamento de mandioca e outros, com o qual os indígenas conseguiram agregar valor em seus produtos, gerar postos de trabalho e renda, ampliando o seu horizonte de gestão comercial. A médio e longo prazos possibilitou a implantação de culturas alternativas como as plantas medicinais e a seringueira. Essas iniciativas permitiram aos produtores indígenas participantes, a autogestão do negócio e de seu tempo, ampliando o convívio em comunidade, resgatando suas tradições culturais, que estavam prejudicadas, porque muitos tinham se deslocado para trabalhos na cidade”, avalia João, que se diz gratificado e ainda mais atuante como extensionista, depois que iniciou o trabalho de Ater com comunidades tradicionais.

Extensão Pesqueira – o exemplo das Casas da Agricultura do Litoral Paulista

De acordo com o extensionista Newton Rodrigues, da Casa da Agricultura de Santos, a extensão pesqueira é o conjunto de atividades de apoio e assessoramento à pesca artesanal. “O seu objetivo estratégico é contribuir para a sua reprodução social, que se fundamenta na viabilização socioeconômica e ambiental. A atuação dos extensionistas em cada município possui características específicas, visto que existem diferentes territórios de pesca no litoral paulista, que são resultado da interação existente entre dois sistemas: ecológico e socioeconômico. Assim, a exploração dos recursos marinhos e a organização da pesca artesanal é uma construção social que possui características territoriais”, explica o agrônomo, citando exemplos da diversidade de situações de trabalho: “pode-se citar que, em determinado território, a pesca com rede de emalhe é a arte mais utilizada e o peixe é o principal produto. Em outro, é a rede de arrasto e o camarão o produto principal. Ainda em alguns territórios marinhos é possível a prática da aquicultura, em outros isso não é possível por conta das condições ambientais. Enfim, cada território de pesca constitui um ecossistema”.

Newton avalia também que, a atuação dos extensionistas, principalmente no que concerne à emissão de DAPs e elaboração de projetos, contribui para o fortalecimento da pesca artesanal por viabilizar o acesso ao crédito para a compra de barcos, redes etc. “Porém, observa-se que outras intervenções são realizadas sobretudo para a melhoria das condições de comercialização do pescado, o que possibilita que o pescador artesanal, de forma organizada, se aproprie de um percentual maior da renda gerada pela pesca. A principal reivindicação dos pescadores dos municípios do litoral paulista é que haja um Programa de Extensão Pesqueira que coordene as ações realizadas nas Casas da Agricultura e proporcione assistência técnica e extensão de forma contínua”.

As Casas da Agricultura do litoral paulista (Ubatuba, Caraguatatuba, São Sebastião, Santos, Itanhaém, Peruíbe e Iguape) realizam diferentes atividades de extensão, que são definidas de acordo com as demandas do pescador ou do projeto em desenvolvimento em parceria com outros atores, que têm relação com as especificidades do território da pesca. ■

Newton Rodrigues

Ater: um pouco de história e o trabalho da Secretaria de Agricultura e Abastecimento

Cleusa Pinheiro – Jornalista – Centro de Comunicação Rural (Cecor/CATI) – cleusa@cati.sp.gov.br



A Extensão Rural pode ser definida como um serviço de assessoramento a agricultores, suas famílias, seus grupos e suas organizações, nos campos da tecnologia da produção agropecuária, administração rural, educação alimentar, educação sanitária, educação ecológica, associativismo e ação comunitária. Segundo pesquisadores, a Extensão Rural tem a sua origem nos Estados Unidos, após a Guerra da Secessão de 1861, quando a agricultura americana passou da estrutura escravagista à estrutura mercantil e capitalista. Foi oficializada pelo governo americano em 1914, com a finalidade de diminuir os efeitos que o desenvolvimento acelerado das forças produtivas e as mudanças das relações capitalistas geravam nas comunidades rurais.

Esse modelo foi exportado para o Brasil (sem uma demanda local, de acordo com estudiosos) e outros países da América Latina, após a Segunda Guerra Mundial, e intensificado com a Revolução Verde, na década de 1970, que preconizava o aumento da produção agrícola com o uso intenso de insumos químicos, de mecanização moderna e assistência técnica. Em seu trabalho “Extensão Rural - histórico, conceitos e metodologias”, o professor Luis Carlos F. Oliveira, da Faculdade de Agronomia de Lavras (MG), considera que ao contrário de outros países (Estados Unidos mais fortemente), onde o serviço de extensão rural se formou a partir de uma necessidade sentida, no Brasil surgiu, em parte, por influência externa.

“Produzidas por pesquisadores norte-americanos, sendo o maior expoente Everett M. Rogers, as teorias de modernização foram na realidade propostas de busca do desenvolvimento por meio do emprego da tecnologia. Rogers (1962) entendia que 'a essência do processo de difusão é a interação humana na qual uma pessoa comunica uma nova ideia à outra', o que deu início ao que se convencionou chamar de difusionismo ou difusão de inovações e tecnologia. No Brasil, o difusionismo se arraigou nos planejamentos e procedimentos agrícolas oficiais, com os pressupostos técnicos tal como foram originalmente concebidos”, explica Abelardo Gonçalves Pinto, engenheiro agrônomo da Divisão de Extensão Rural da CATI, cuja dissertação de mestrado abordou as nuances e transformações da CATI do modelo difusionista para o enfoque participativo.

No contexto desse modelo difusionista e importado, entre a Extensão Rural e os produtores, segundo diversos autores, era feita de forma unilateral (saber técnico do agente de extensão rural levado aos produtores), com difusão de pacotes tecnológicos e crédito rural (supervisionado a partir da década de 1940 e orientado para aplicações econômicas, a partir do final da década de 1960).

Entre as definições, encontradas na literatura, que demonstram esse modelo de transmissão de informações, a da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (Abcar) resume “Extensão Rural como um proces-

so cooperativo, baseado em princípios educacionais, que tem por finalidade levar diretamente aos adultos e jovens do meio rural, ensinamentos sobre agricultura, pecuária e economia doméstica, visando modificar hábitos e atitudes da família, nos aspectos técnico, econômico e social, possibilitando-lhe maior produção e melhor produtividade, elevando-lhe a renda e melhorando seu nível de vida”.

A primeira experiência de ação muito limitada que funcionou no Brasil, a partir de 1948, era denominada “Trabalhos Cooperativos em Santa Rita do Passa Quatro”, em São Paulo, mantida com recursos de agricultores, da indústria local, da Prefeitura, contribuição da Associação Internacional Americana e com a cooperação das secretarias de Educação e Saúde. Segundo Vicente de Jesus Carvalho, engenheiro agrônomo aposentado da CATI, que também foi professor da Universidade de Taubaté, essa organização exerceu influência na fundação da Associação de Crédito e Assistência Rural (Acar), em Minas Gerais. “Pode-se considerar esse o primeiro serviço efetivo de extensão rural no Brasil. A Acar objetivava estabelecer um programa de assistência técnica e financeira que possibilitasse a intensificação agropecuária e a melhoria das condições econômicas e sociais da vida rural. Depois dela, outras associações foram criadas, formando-se, assim, a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (Abcar)”.

No Estado de São Paulo, apesar da experiência em Santa Rita do Passa Quatro, as intervenções no meio rural sempre privilegiaram as ações de assistência técnica e o fomento agrícola. Somente com a criação da CATI, em 1967, congregando diversos órgãos da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, busca-se um novo enfoque de atuação: a Assistência Técnica Integral, com destaque ao caráter educacional, representando uma opção extensionista.

A diferença em relação ao modelo anterior de atuação estava, principalmente, na ênfase ao homem rural e não apenas nos produtos agropecuários. “Mas perma-

necia a ideia de persuadir os agricultores a adotarem novas tecnologias que possibilitassem a modernização da agricultura, com bases no modelo difusionista implementado no final da década de 1950, pelo movimento Rogeriano”, explica Abelardo.

Esse enfoque, estritamente tecnológico, somente foi de fato questionado em 1984, no bojo das reformas democráticas e do clamor social, emergentes no final do regime militar. Busca-se, a partir daí, uma nova filosofia de extensão rural, que permita o exercício de uma democracia participativa. Nesse contexto, novos profissionais são contratados pela CATI e inicia-se um amplo programa de formação extensionista.

Exemplos de projetos e ações da CATI

Ao longo de seus 48 anos, a CATI passou por reformulações que ampliaram sua visão e atuação extensionista junto aos agricultores paulistas. Segundo José Carlos Rossetti, coordenador da instituição, as ações desenvolvidas foram determinantes para a expansão agrícola paulista. “Muito do desenvolvimento agrícola do Estado foi difundido pela CATI, por meio de ações educativas, campanhas e projetos, dentro de um processo de conscientização”.

Nesses anos todos, trabalhos importantes foram realizados nas décadas de 1960, 1970 e 1980, tais como campanha para expansão da soja; Pró-álcool; Pró-feijão; combate à febre aftosa, à peste suína africana, ao cancro cítrico; classificação de produtos agropecuários; produção de sementes básicas; campanha de armazenamento comunitário; difusão da tecnologia do silo subterrâneo; Plano de Desenvolvimento da Pecuária Leiteira (PDPL); criação do Método CATI de Renovação de Pastagens; Plano de Renovação Cafeeira (o qual promoveu a renovação da cafeicultura em São Paulo, após a grande geada de 1975 que dizimou milhões de pés de café). O coordenador, enfatiza que, para ampliar o alcance das informações, a CATI utilizava intensamente meios de comunicação diversos: rádio (levava ao ar o programa Atualidades Agrícolas, por uma rede de

emissoras regionais, que recebeu um troféu da FAO, como o melhor programa agrícola do Brasil); implementou o primeiro programa da TV brasileira voltado ao meio rural (também Atualidades Agrícolas; cuja primeira transmissão aconteceu em 1973, pela retransmissora da Globo de Bauru e, posteriormente, pela TV Tupi); materiais gráficos diversos, carros com equipamentos audiovisuais; revista e jornal.

No final da década de 1990, destacou-se o trabalho com Microbacias Hidrográficas, o qual consolidou um novo enfoque extensionista baseado na participação e no protagonismo dos agricultores. “Esse Programa representou a possibilidade de uma ação extensionista democrática e emancipadora. Os técnicos que se envolveram, apropriaram-se do conceito de agentes de mudanças e educadores, internalizando o compromisso com a qualidade de vida das famílias rurais e não somente com a produção”, avalia o coordenador.



Caminhos da Extensão Rural em São Paulo

O modelo de São Paulo originou-se nas atividades realizadas com a organização da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras, pelo Decreto n.º 28, de 1/3/1892 (Martins, 1991). Esse modelo tem características específicas porque não teve suas bases estabelecidas na filosofia extensionista exportada pelos Estados Unidos.

Em sua dissertação, Abelardo ressalta que a CATI nasce, em 1967, em uma conjuntura na qual a agricultura passa a ter uma dependência do Poder Público Federal, cujas políticas públicas estão voltadas para a intensificação do processo de modernização tecnológica. “Temos uma nova modalidade de assistência: a integral, que compreende assistência técnica educacional; fomento de bens de produção; prestação de serviços; inspeção e classificação de produtos e insumos agrícolas; defesa sanitária animal e vegetal. O técnico passa a ser o agente de assistência técnica educacional, tendo o papel de capacitar os agricultores com vistas à solução de problemas agrícolas, empresariais e comunitários. A diferença desse modelo em relação ao anterior reside na ênfase ao homem rural, mas o viés rogeriano está caracterizado ao buscar-se mudanças de atitude e criação de condições para a adoção de novas técnicas que possibilitem a modernização da agricultura”.

Em 1998 é definida a Missão da CATI, que aponta para outra metodologia de trabalho: “Promover o desenvolvimento rural sustentável, por meio de programas e ações participativas, com envolvimento da comunidade, de entidades parceiras e de todos os segmentos dos negócios agrícolas”.

A partir daí, as ações da instituição ganham um caráter mais voltado para a extensão rural, com uma nova filosofia de trabalho estabelecida na formação de parcerias, englobando novos conceitos: Desenvolvimento Rural Sustentável, Agricultura Familiar, Agroecologia, Desenvolvimento Local e Qualidade de Vida. ■

Cronologia da Assistência Técnica e da Extensão Rural em São Paulo

1887 – Criação da primeira Estação Agronômica do País. Contratação do cientista e professor alemão Franz Wilhelm Dafert, para conduzir a implantação. Nascia o Instituto Agronômico, de Campinas, cidade escolhida por ser o ponto mais central da atividade da Província de São Paulo.

1892 – Ações dirigidas ao fomento agrícola e para a defesa fitossanitária das culturas.

1900 – Criação de Distritos Agronômicos com inspetores agrícolas que tinham a missão de levantar as necessidades das lavouras, realizar conferências, atender consultas de lavradores, instalar campos de experiências e demonstração. (Pinto, 2000)

Época marcada em termos econômicos, políticos e sociais pela hegemonia dos grandes proprietários fundiários. Nessas condições, a orientação à lavoura dirigia-se a um público restrito. (Bergamasco, 1992)

1911 – Reestruturação da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Criação da Diretoria da Agricultura composta pelo Serviço de Inspeção e Defesa Agrícola (Sida) e pelo Serviço de Distribuição de Sementes (SDS).

1914 – Criação do ensino itinerante com carros-escola dotados de mostruários de máquinas e instrumentos agrícolas, publicações e sementes para distribuição.

1927 – Diretoria da Agricultura é transformada em Diretoria de Inspeção e Fomento Agrícola (Difa).

1935 – Extinção da Diretoria de Inspeção e Fomento Agrícola. Criação do Departamento de Fomento da Produção Vegetal (DFPV).

1942 – O Departamento de Fomento da Produção Vegetal é incorporado pelo Instituto Agronômico. Por meio dessa fusão, nasce o Departamento da Produção Vegetal (PDV). A função de fomento agrícola passa à Divisão de Fomento Agrícola (DFA).

1942 – São criadas as Casas da Lavoura, que constituíram a base de todo o trabalho de assistência técnica aos agricultores e difusão de tecnologias. (No período de 1927 até 1942 acontece a consolidação da organização da Assistência Técnica oficial à agricultura paulista, de caráter fomentista, articulada com a pesquisa).

1949 – Efetivação do Departamento de Engenharia e Mecânica da Agricultura (Dema), criado em 1947. Com o objetivo de atender às necessidades da agricultura em termos de mecânica, irrigação e drenagem e combate à erosão.

1958 – Criação da Divisão de Assistência Técnica Especializada (Date), com a

função de prestar orientação técnica especializada aos profissionais ligados à rede assistencial, com setores de informação no que se refere à comunicação rural e ao planejamento dos programas de assistência técnica, que Oliveira, em obra de 1984, define como “um conjunto de esforços que tem por objetivo aumentar a produção e produtividade do setor agrícola de um país, prescindindo, de certa forma, de considerar o elemento humano como objetivo do processo”.

1960 – Criação do Centro de Treinamento de Campinas (Cetrec).

1967 – Nesse ano, a Secretaria passa por uma reformulação, que promove a centralização de vários de seus departamentos e divisões em três coordenadorias e duas empresas de economia mista, sendo a Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais do Estado de São Paulo (Ceagesp) e a Companhia Agrícola Imobiliária e de Colonização (Caic); e as coordenadorias: Coordenadoria de Pesquisa Agropecuária (CPA), Coordenadoria da Pesquisa de Recursos Naturais (CPRN) e **Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI)**, instituição responsável pela assistência aos produtores paulistas. A partir desse período, as Casas da Lavoura passam a se chamar Casas da Agricultura.

CATI realiza XII Semana de Agricultura Orgânica de Campinas

Com o tema “Alimento que nutre e preserva a vida”, a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), órgão da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, em parceria com instituições governamentais, não governamentais e a iniciativa privada realizou, de 6 a 9 de outubro, a XII Semana de Agricultura Orgânica de Campinas. A programação proporcionou várias discussões sobre o tema por meio de minicursos e oficinas, ofereceu a tradicional feira com os mais variados tipos de produtos orgânicos, artesanato, gastronomia, visitas técnicas que mostraram na prática como é realizada a produção, além de chamar o público a refletir também sobre a importância do consumo e das políticas públicas voltadas à agricultura orgânica.

Microbacias II – Acesso ao Mercado recebe menção honrosa do Prêmio Mário Covas



O Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável Microbacias II – Acesso ao Mercado recebeu, no dia 5 de novembro, no Palácio dos Bandeirantes, na capital paulista, uma menção honrosa, na categoria Gestão Estadual, na área temática de políticas públicas, oferecida pela organização da 11.ª edição do Prêmio Mário Covas.

O Microbacias II foi selecionado entre mais de 200 iniciativas para concorrer ao Prêmio, que reconhece ações inovadoras de serviços públicos. Coordenado pela Secretaria de Planejamento e Gestão, o Prêmio Mário Covas tem o objetivo de reconhecer ações que introduzam ou aprimorem uma prática que gere melhorias nos processos organizacionais, na prestação de serviços públicos ou em uma política pública.

Governador Alckmin e secretário Arnaldo Jardim intensificam ações do Projeto Nascentes de Holambra



No dia 11 de novembro, o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, e o secretário de Agricultura e Abastecimento, Arnaldo Jardim, estiveram em Holambra, no interior de São Paulo, para participar de ações do Projeto Nascentes de Holambra.

Executado pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, o Projeto Nascentes de Holambra integra o Programa Nascentes, do governo paulista, que é uma das maiores iniciativas já lançadas pelo poder público para manter e recuperar as matas ciliares e nascentes, dentre outras ações que contribuem para a preservação do solo e da água.

Com apoio da Prefeitura de Holambra, da Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (PCJ), da Fundação Banco do Brasil e também da Agência Nacional de Águas (ANA), da CATI e da Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo (Codasp) serão recuperadas 170 nascentes e matas ciliares; readequadas estradas rurais; realizadas ações de conservação do solo em áreas degradadas de 101 propriedades; feita a impermeabilização de reservatórios para captação de água de chuva e saneamento ambiental rural. Além disso, será recuperada a bacia do Córrego Borda da Mata, principal curso d'água que abastece o Lago do Holandês, de onde Holambra retira a água que consome e, por isso, são fundamentais a sua conservação e o aumento de sua capacidade hídrica. ■

Estas e outras notícias podem ser lidas no site da CATI - www.cati.sp.gov.br